



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

ALINE DE OLIVEIRA COSTA SANTOS

**EVASÃO ESCOLAR NA BAHIA: ANÁLISE DO FENÔMENO NA
ATUALIDADE**

Salvador
2010. 2

ALINE DE OLIVEIRA COSTA SANTOS

**EVASÃO ESCOLAR NA BAHIA: ANÁLISE DO FENÔMENO NA
ATUALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Uilma Rodrigues de Matos Amazonas

Salvador
2010.2

ALINE DE OLIVEIRA COSTA SANTOS

**EVASÃO ESCOLAR NA BAHIA: ANÁLISE DO FENÔMENO NA
ATUALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Banca Examinadora

Iracy Silva Picanço _____
Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Lúcia Maria da Franca Rocha _____
Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Uilma Rodrigues de Matos Amazonas – Orientadora _____
Doutora em Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha.
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Iraci e Hércules pelo amor e pelo exemplo de dignidade. Em especial a Mainha e a meu irmão Nem pela convivência diária e por suportarem com paciência as minhas oscilações de humor, que não foram poucas, durante esses cinco anos de Curso;

Aos meus avôs e avós. Especialmente às minhas avós Celice e Irene por ajudarem seus filhos nessa difícil tarefa que é a de educar e pelas lições de respeito e solidariedade. E ao meu avô Valfredo que tudo fez durante o tempo que esteve entre nós para que conseguisse mais essa vitória;

Aos tios, tias, primos, primas e demais familiares pelo carinho, apoio e torcida. Sobretudo ao meu tio Duquinha pela incentivo para que conseguisse subir mais esse degrau;

Aos professores e funcionários da FACED, em especial à professora Iracy Picanço, que literalmente abriu as portas da UFBA para que eu pudesse vivê-la em sua plenitude, por abrir as portas de sua casa sempre que preciso de ajuda para realizar trabalhos acadêmicos e principalmente pela amizade que construímos ao longo desses cinco anos;

À professora Uilma pela forma afável que me recebeu em sua sala quando a Professora Iracy teve que deixar a faculdade devido à compulsória. E por ter aceitado a orientação desse trabalho;

Às professoras Teresinha Fróes, Lúcia da Franca Rocha e Lícia Beltrão pela confiança e pelas palavras afetuosas;

Aos colegas do Curso pela convivência. Especialmente Adriana, Patrícia, Vanessa e Joselice pela cumplicidade e pela amizade iniciada desde o primeiro semestre do Curso e à Jaci, amiga e parceira de pesquisa, pelas trocas que tanto contribuíram para minha formação.

À Deus pela saúde e força e principalmente por ter colocado em meu caminho todas essas pessoas e outras que porventura eu não tenha citado, mas que são fundamentais na minha vida.

RESUMO

O presente estudo insere-se no debate sobre a evasão escolar na atualidade e tem como objetivo levantar, analisar e discutir alguns aspectos da evasão entre os jovens, especialmente na Bahia. A pesquisa foi realizada com base na literatura sobre o tema, trabalhos acadêmicos (monografias, teses, dissertações) e artigos de jornais. Procurou-se levantar aspectos teóricos e históricos do fracasso escolar, partindo da premissa de que a evasão é parte do fracasso. Nesse sentido ficou evidenciada a complexidade do fenômeno e a sua prevalência na escola pública com a chegada das classes populares em seu interior. Os números levantados comprovam a insistência da evasão na atualidade, sobretudo no ensino médio. Na Bahia, os jornais alarmaram a grande quantidade de jovens que abandonaram o ensino nos últimos anos. As causas da evasão são diversas, entretanto a falta de interesse dos jovens vêm sendo apontada como principal motivo. Essa pesquisa procurou levantar e discutir as causas da evasão a partir da ótica da juventude, das contribuições da sociologia e considerando as dificuldades colocadas pelo contexto social e político atual. Além disso, buscou compreender a relação que o jovem estabelece com a escola. Por fim, apresentou a solução encontrada pelo governo da Bahia para enfrentar a questão da evasão: o Processo de Enturmação. Apesar do discurso da “falta de interesse” foi possível notar que a escola ainda é uma das instituições mais importantes para o jovem da classe popular e por isso o problema da evasão requer soluções para além da questão econômica.

Palavras chaves: Evasão escolar; fracasso escolar; Enturmação, jovens e escola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1- Fracasso Escolar: algumas considerações.....	12
1.1 Fracasso ou Exclusão Escolar?	12
1.2 Fracasso Escolar em outros países.....	16
1.3 Fracasso Escolar no Brasil	21
2 - Evasão Escolar: faceta do fracasso.....	25
2.1 Os números da evasão.....	26
3 As causas da evasão escolar.....	31
3.1 - Panorama Nacional: “a falta de interesse dos jovens”	32
3.2 - Panorama local: “a polêmica do smart-card”	36
4 - “Estudar para quê?”: Os sentidos da escolarização para os jovens.....	40
4.1 A centralidade da educação em questão.....	40
4.2 As contribuições da Sociologia da Educação.....	44
4.3 – O significado da escola para os jovens.....	48
5- Enturmação: solução econômica?	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um antigo problema da escola brasileira. Historicamente, a necessidade de trabalhar, as distâncias entre escola e alunos, dificuldades com transporte e inadequação do currículo escolar tem sido alguns dos muitos motivos apontados para ocorrência da evasão escolar no Brasil. Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 97,9% da população brasileira de 7 a 14 anos tem acesso ao ensino fundamental, entretanto a permanência dos jovens nesse nível e no ensino médio ainda é um dos maiores desafios a ser enfrentado pela atual política educacional do país, como aponta Ireland (2007)

As estatísticas nos mostram que, há alguns anos o Brasil teve avanços no acesso, embora ainda não possa dizer que não há crianças fora da escola. No entanto a continuidade dos estudos e o seu êxito continuam a ser desafios, a ponto de a Constituição Federal ter explicitado como dever aquilo que é inseparável e intrínseco à educação, isto é, o padrão de qualidade (p.9).

O aumento dos casos de evasão nos últimos anos levantou debates a nível nacional sobre as possíveis causas da evasão na atualidade. Na Bahia, em 2005, o índice de abandono no ensino fundamental foi de 14,9% e de 20,9% no ensino médio. (Censo Escolar, 2005). Em 2009 o problema tornou-se ainda mais sintomático com a adoção do processo de Enturmação¹ nas escolas da rede estadual. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado (SEC) o agrupamento das turmas teve por objetivo solucionar o problema causado pelo abandono e pela evasão, uma vez que em algumas escolas o número de turmas com menos de 10 alunos era grande e faltavam professores em outras. No início do ano letivo de 2010 algumas escolas estaduais foram fechadas também em decorrência da evasão.

As medidas suscitaram discussão sobre os motivos da evasão no estado da Bahia. Gestores, professores, pais e alunos manifestaram suas opiniões a respeito do tema e em alguns municípios houve manifestações contra as decisões do governo. Os professores acusavam a SEC de “conceber a educação apenas como um gasto e não como investimento”, a SEC, através de seus gestores, se defendia afirmando que objetivava resolver o problema da

¹ Enturmação é o agrupamento de turmas de mesma unidade escolar, série e turno, que estejam funcionando com número reduzido de alunos.

falta de professores. Entre os estudantes as opiniões ficaram divididas, já entre a população o descontentamento foi geral, especialmente com relação ao fechamento de unidades escolares.

Apesar da troca de acusações nos discursos dos atores envolvidos no processo foi possível perceber em tais discursos a preocupação com a preservação do espaço escolar. Diante dessa contradição, onde por um lado assistimos o “abandono” das escolas e por outro a defesa desse espaço perante a ameaça de perda, são vários os questionamentos que surgem especialmente para os profissionais da educação.

Há alguns anos atrás as famílias pertencentes à camada mais pobre da população disputavam vagas nas escolas públicas, os pais enfrentavam filas quilométricas durante dias e noites inteiras debaixo de sol e chuva para garantir a matrícula de seus filhos. O que mudou atualmente? Que lugar ocupa a escola na vida dessas pessoas? É evidente que nos últimos anos a oferta de vagas aumentou consideravelmente, mas a população e as exigências por maior escolaridade também cresceram. É preciso ressaltar que apenas 24,31% dos baianos têm o ensino médio completo e o tempo médio de estudos da população (5,6 anos) é um dos mais baixos do país (IBGE, 2008). Isso significa que a demanda existe e por que há escolas vazias? Quais as causas da evasão na atualidade, especialmente entre os jovens pobres?

As questões em torno do tema escolhido para a realização desse trabalho monográfico começaram a despertar interesse desde o ingresso no curso de Pedagogia, pois desde o início os professores orientam os alunos a pensar em um tema relevante para o campo educacional. No início do curso a intenção era falar sobre a Educação em Cuba, pois chamava a atenção algumas reportagens que mostravam o destaque dos cubanos nos esportes e na educação. A questão que intrigava era como um país com tantas dificuldades econômicas conseguia manter todas as crianças na escola com uma educação de qualidade, principalmente porque aqui no Brasil se fala muito que a má qualidade da educação pública se deve a falta de investimentos, dentre outros motivos.

Porém, no decorrer do curso, as diversas experiências vivenciadas dentro e fora da sala de aula foram apontando algumas questões importantes em torno da educação brasileira e por estar mais próximo da nossa realidade o tema escolhido foi a evasão escolar. O

conhecimento da situação de esvaziamento das escolas no nosso estado no primeiro momento assusta, pois a ideia de que a educação é o único caminho por meio do qual o pobre pode um dia chegar a ser “alguém na vida” é bastante propagada, por isso é difícil entender porque tantos jovens estão “desistindo” desse caminho.

Nesse sentido, o tema escolhido nasceu das diversas análises, reflexões e questões em torno da educação e da sociedade brasileira que vivenciamos no Curso de Pedagogia. A experiência como bolsista de iniciação científica também possibilitou certo aprofundamento no debate em torno da relação trabalho e educação e para compreensão da organização social e política da sociedade brasileira.

Ao ingressar no curso, em geral, os alunos de Pedagogia apresentam concepções ingênuas a respeito da educação. Há uma tendência de julgarmos que a pobreza está diretamente relacionada ao desinteresse pela educação e que as pessoas escolhem livremente suas carreiras profissionais.

Mas, no decorrer do curso as leituras e debates realizados possibilitam a compreensão de que não se trata apenas de escolhas pessoais, existem fatores sociais, políticos e ideológicos que fazem com que as pessoas se afastem do ambiente escolar e que a educação em cada momento histórico é um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações do jogo de peças entre a elite dominante e segmentos das classes subalternas, como afirma Ponce (2005),

A confiança na educação como um meio de transformar a sociedade, explicável numa época em que a ciência social ainda não estava constituída, resulta totalmente inadmissível depois que a burguesia do século XIX descobriu a luta de classe (p.171).

Com base nesse conhecimento Freire (2000) e Ferraro (2004) ao discorrer sobre o tema falam de “expulsão” escolar e não evasão. Porém, os indivíduos que evadiram do sistema educacional, principalmente os mais antigos, em sua maioria, acreditam que foi uma opção deles, apesar de relatarem as dificuldades e conflitos que os fizeram interromper seus estudos. Diante disso, eles valorizaram a trajetória escolar dos seus filhos e netos, na medida de suas possibilidades: na disputa por vaga na escola pública, na preocupação com a

frequência e pontualidade, no cuidado com o fardamento e materiais escolares e principalmente na inculcação de que a escola era um lugar importante e por meio da qual as novas gerações poderiam ultrapassar a condição que vivenciam.

Nesse sentido, a escolha do tema evasão escolar para a elaboração deste trabalho justifica-se em primeiro lugar pela relevância do levantamento dessa discussão no curso de Pedagogia. Pois se trata, ainda, de uma questão de extrema importância, porém pouco aprofundada. Em segundo por um motivo pessoal, pois falar de evasão escolar é falar daqueles familiares que outrora também foram “expulsos” da escola. E, em terceiro e último lugar, por uma questão profissional, pois na condição de futura pedagoga é imprescindível a reflexão sobre um tema dessa natureza. É uma oportunidade para entender melhor como e por quais motivos, ao longo da história da educação brasileira, encontra-se a presença da evasão escolar como um fenômeno constante, sem que até hoje tenha merecido uma preocupação visando sua eliminação.

O grande desafio que se coloca ao assumir realizar um trabalho sobre um tema complexo como a evasão escolar, é precisamente o recorte que precisa ser feito para adequá-lo ao que se espera de um trabalho monográfico. Os autores de metodologia do trabalho científico ressaltam a necessidade da observância dessa questão. Severino (1993) afirma que, o que mais caracteriza um trabalho monográfico é a unicidade, a delimitação do tema e a profundidade do tratamento do que sua eventual extensão, generalidade ou valor didático. (p. 100) e Salomon (2010) que recorre à etimologia da palavra para reafirmar o sentido de um trabalho dessa natureza afirmando que:

Localizamos na origem histórica da monografia aquilo que até hoje caracteriza essencialmente esse tipo de trabalho científico: a especificação, ou seja, a redução da abordagem a um só assunto, a um só problema. Mantém-se assim o sentido etimológico: *monos* (um só) e *graphein* (escrever): dissertação a respeito de um assunto único (p. 255).

Porém, o recorte necessário não pode ser feito de forma aleatória para não correr o risco de desvio do tema ou exclusão de aspectos importantes do mesmo, pois segundo Lakatos e Marconi (1991) “a investigação deve examinar o tema escolhido, examinado todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos”. (p. 108)

O fenômeno da evasão é passível de ser analisado nos diversos níveis que compõem o nosso sistema educacional, da educação infantil ao ensino superior, já que o mesmo tem se manifestado de diferentes formas e por variados motivos, em maior ou menor grau em todas as etapas de escolarização. No entanto, o que pretende-se focalizar nesse trabalho é a evasão entre os jovens, ou seja, entre àqueles que evadem do sistema educacional sem completar o ensino fundamental e/ou médio.

Recentemente alguns estudos e pesquisas sobre a evasão entre o público juvenil foram divulgados no país. Tais estudos, em geral, apontam motivos que fazem com que parte considerável de nossa juventude deixe os bancos escolares. A pesquisa “O tempo de permanência da escola e as motivações dos Sem- Escola”, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-RJ em 2009, por exemplo, revelou que 40,3% dos jovens de 15 a 17 anos que evadem, o fazem por falta de interesse pela escola. A necessidade de trabalhar apareceu em segundo lugar com 27% das respostas e a dificuldade de acesso à escola em terceiro lugar com 10,9% do total.

Tal pesquisa suscitou discussão nas aulas e nos corredores da nossa Faculdade de Educação e causou certo espanto entre os alunos e professores, que perguntavam-se: o que estaria acontecendo com esses jovens? Será que eles não compreendem a importância da escola? E a escola, por que não consegue atraí-los? E seus pais, o que fazem? Alguns arriscavam respostas do tipo: “o problema é que a escola está chata”; “a culpa é do professor que não adequa suas aulas à realidade do aluno”; “é irresponsabilidade dos pais” ou “os jovens de hoje não querem estudar”, respostas típicas de quem sempre procura culpados no âmbito individual, para os problemas que permeiam a educação. Na busca de sair do senso comum e partir para uma compreensão científica do fenômeno da evasão na atualidade surgem algumas questões: Por que a evasão se dá majoritariamente na escola pública? Por quais motivos os jovens evadem? Que ações vêm sendo implementada na Bahia para o enfretamento da questão?

Com base na literatura produzida sobre evasão e em pesquisas científicas (monografias, teses, dissertações e outras) que buscaram ouvir os atores da escola e nas discussões provocadas pelo Processo de Enturmação, divulgadas em jornais locais, o trabalho

pretendeu levantar, analisar e discutir alguns aspectos da evasão entre os jovens, especialmente na Bahia, isso sem desconsiderar o contexto social, político e histórico a que estamos inseridos e assim contribuir para compreensão desse fenômeno na atualidade.

Para alcançar tais objetivos o presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo buscamos analisar aspectos teóricos e históricos do fracasso escolar no Brasil e em outros países. Compreendendo a evasão como parte integrante do fracasso, no segundo capítulo levantamos alguns índices educacionais (taxa de abandono, distorção série-idade, analfabetismo e reprovação que mostram a situação educacional da Bahia em relação ao Nordeste e ao Brasil.

No terceiro capítulo nos debruçamos sobre os motivos da evasão escolar com base em pesquisas recentes que buscaram no cenário nacional e local compreender o fenômeno. Já no quarto capítulo procuramos levantar as causas da evasão a partir da ótica dos jovens, extraíndo essas informações de pesquisas que trouxeram suas vozes. Ainda nesse capítulo procuramos trazer a contribuição da Sociologia da Educação para a análise da evasão e a visão que os jovens têm da escola.

No último capítulo procuramos descrever a solução encontrada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia para o enfrentamento da questão e as discussões geradas em torno dessa medida governamental.

1- Fracasso escolar: algumas considerações

Ao fazer o levantamento da literatura sobre evasão escolar, no primeiro momento, a impressão que se tem é de que há poucos trabalhos atuais sobre temática, contudo o fenômeno na maioria das vezes é abordado pelos autores em conjunto com os demais acontecimentos relacionados a problemas com a aprendizagem e/ou permanência escolar. No meio acadêmico em geral, a evasão, o abandono e a repetência escolar completam uma tríade, a qual se convencionou denominar fracasso escolar, todos encerrando forte complexidade. Alguns autores se destacam no estudo desse fenômeno, entre eles podemos citar Teixeira (1976); Bourdieu (1975; 2001), Brandão (1979; 2009); Picanço (1986); Mello e Silva (1991);

Abramowicz (1995; 1997; 2009), Patto (1996) Arroyo (1997; 2003; 2009); Ferraro (2004), Ireland (2007) dentre outros.

A partir dessa perspectiva percebe-se que há uma vasta literatura sobre a temática, porém atualmente são poucas as publicações a partir do termo “fracasso escolar”. Muitas vezes a questão situa-se a partir da discussão sobre dificuldades de aprendizagem e sucesso/insucesso escolar ou de forma diluída em outros trabalhos. Segundo Arroyo (1997) esta questão se explica pelo fato de que

Falar em fracasso escolar não resulta atraente para os educadores. É como rever um velho seriado. Mudar de discurso e falar em sucesso escolar resolverá o problema? Temos que reconhecer que o tema vem sendo recolocado nas preocupações dos profissionais da educação(p.11).

Ainda de acordo com Arroyo (1997), a forma de analisar o fracasso escolar é que precisa ser revista. Nesse sentido Abramowicz et al. (2009) defendem a necessidade da superação das análises clínicas e individuais, vez que o problema situa-se no campo da luta por políticas públicas de Estado e por um ordenamento jurídico que ataque procedimentos e rituais do aparelho escolar “que segrega e vitima milhões de educandos ao classificá-los como fracassados na escola, na sociedade e no trabalho” (p.8).

1.1- Fracasso ou Exclusão Escolar?

O fracasso é um fenômeno complexo de ser analisado principalmente por envolver uma série de problemas relacionados à escolaridade com características diferentes. Evasão, abandono, repetência, expulsão, reprovação, analfabetismo, etc. são termos usados com frequência pelos autores na composição do chamado fracasso escolar. Mas se são acontecimentos diferentes por que não isolar cada um dos fenômenos para analisá-los?

O significado e a distinção dos acontecimentos que compõem ou levam ao fracasso não são tratados nos trabalhos sobre a temática, ou pelo menos com a complexidade que se julga merecem. O que a primeira vista parece significar apenas uma forma genérica de denominar um conjunto de fenômenos negativos relacionados à aprendizagem/escolaridade.

Depois de algumas leituras compreende-se que diz respeito a uma série de fenômenos correlacionados, pois o aluno reprovado hoje tem grandes chances de se tornar um “repetente” amanhã e depois um evadido do sistema sem ao menos ter adquirido as competências de ler e escrever, criando-se dessa forma o aluno vítima do fracasso. Portanto, pode-se afirmar que o conceito é conjuntural, pois representa um conjunto de fenômenos que em geral ocorrem simultaneamente.

Na prática, a evasão se configura quando o aluno sai definitivamente do sistema escolar, já o abandono é caracterizado pelas saídas e entradas do aluno no sistema sem completar as etapas de ensino (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003). O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 não menciona nenhum dos termos relacionados ao fracasso, contudo faz referência à questão da frequência no Capítulo II nas Disposições Gerais da Educação Básica, Art. 24, Inciso VI diz:

O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Assim, a principal lei de educação do país não esclarece em que momento a escola deve considerar que o aluno abandonou ou evadiu do sistema, mas subentende-se que a escola orientada pelo seu regimento e pelas normas do seu estado ou município classifique a situação, já que os índices de abandono e evasão aparecem nos indicadores educacionais do sistema nacional. Os termos reprovação escolar e repetência na prática tem o mesmo sentido, que é ato de reprovar o aluno fazendo-o repetir a mesma série que já havia cursado. Abramowicz (1995; 1997) utiliza a expressão “alunos multirrepetentes” para designar alunos que repetiram por mais de duas vezes em sua escolarização permanecendo nas séries iniciais.

No campo teórico há muitas críticas aos termos citados, principalmente quando são consideradas as desigualdades sócio-econômicas, a violência e as demais situações enfrentadas pelos alunos. Desse ponto de vista a noção conjuntural do fracasso torna-se mais evidente. Ireland (2007), afirma que fracasso escolar é o resultado da conjunção de graves problemas sociais vividos pelos alunos e suas famílias, associados ao desempenho na escola.

Como se poderá entender que uma criança de seis anos de idade, no atual ensino fundamental de nove anos, seja uma fracassada ao fim do primeiro ano? Segundo a mesma autora

Esta é uma das faces do drama brasileiro que se manifesta, entre outros aspectos, na desistência dos alunos ao longo dos períodos letivos ou entre eles, na repetição e na perseverança dos estudos, em média por longo tempo e pelo absenteísmo (IRELAND, 2007, p.17).

Ferraro (2004), ainda é mais enfático ao afirmar que os conceitos de exclusão e de fracasso representam dois olhares sobre os mesmos fatos ou situações. Para o autor as situações de analfabetismo, não-acesso à escola, reprovação, repetência, defasagem nos estudos, evasão, etc., são produtos do aparelho escolar e podem ser reunidos em três grupos. O primeiro deles composto por aqueles que não tiveram sequer a oportunidade de serem admitidos no processo de alfabetização, o segundo corresponde aquele grupo que é admitido, mas posteriormente são excluídos, os “chamados evadidos” e o terceiro representado por

aqueles que ainda dentro do sistema de ensino, estão sendo objeto de exclusão no próprio processo de ensino através da reprovação e repetência e estão sendo assim preparados para posterior exclusão do processo (FERRARO, 2004, pp.48-49).

Machesi e Pérez (2004) afirmam que “o termo fracasso escolar é amplamente difundido em outros países e é muito mais sintético que outras expressões, por isso não é fácil modificá-lo” (p.17). Entretanto para Abramowicz et al. (2009), tornou-se um consenso a substituição da idéia de fracasso escolar pela palavra exclusão escolar, já que o fracasso escolar, de certa maneira culpabilizava os alunos, seus pais, a ausência de cultura simbólica, de cultura escolar e outros. (p.116). Diante disso, ao invés de “aluno fracassado” outras denominações passaram a ser utilizadas como “alunos com baixo rendimento escolar” ou “alunos que abandonam o sistema educacional sem a preparação suficiente”. Segundo Machesi e Pérez (2004) isso acontece por que

Também se considerou que pode ser preferível elaborar políticas educacionais em torno de objetivos positivos, como conseguir êxito para todos ou melhorar o rendimento educacional e evitar que os esforços venham se centrar numa mensagem negativa como a luta contra o fracasso escolar (p.17).

Percebe-se então que existe toda uma preocupação com o mascaramento da realidade. Perguntas como “Porque as crianças fracassam?” ou “Porque ainda convivemos com altos

índices de analfabetismo em pleno século XXI?”, formuladas na tentativa de entender o fracasso escolar parecem não encontrar eco na atualidade, mas para Abramowicz et al. (2009)

Essas perguntas permanecem atuais, mas agora utiliza-se a palavra desempenho e/ou performance para qualificar e avaliar os alunos. O Pisa surge como um sistema global de avaliação, reatualiza por essa via o debate da aprendizagem e das causas do fracasso, de maneira mundializada e nesse *ranking* mundial o “fraco desempenho” dos alunos brasileiros, da escola brasileira e, sobretudo, das políticas nacionais na educação aparece como algo que vem sendo chamado de ineficiência do sistema escolar de alguns países do Primeiro Mundo, como Portugal, Itália e Espanha, por exemplo (ABRAMOWICZ et al., 2009, p. 116-117).

Os exames de avaliação de desempenho vêm se tornando uma prática constante no Brasil. Tais exames são elaborados pelo MEC para diagnóstico, em larga escala e objetivam avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. A Provinha Brasil, a Prova Brasil e o Enem são as principais avaliações da Educação Básica responsáveis por avaliar estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, dos anos finais e do ensino médio respectivamente (INEP, 2010). Porém existem programas de avaliação que visam fazer um diagnóstico em comparação com outros países, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação Comparada (PISA). Os resultados dessas avaliações internacionais mostram que o problema do fracasso não é uma exclusividade de países subdesenvolvidos e/ou periféricos.

1.2 Fracasso Escolar em outros países

Segundo Ireland (2007), a aprendizagem é um desafio, isto porque qualquer pessoa que se predispõe a aprender algo corre o risco de fracassar e sendo assim pode-se afirmar que o fracasso sempre existiu, já que a idéia de fracasso está presente no conceito de aprendizagem e o ser humano não pode viver sem aprender.

Contudo, o fracasso passou de uma questão pedagógica a um problema social que ocorre em diversos países do mundo. E coloca ainda mais em evidência o caráter de dualidade da educação que de acordo com Rummert (2007) não se constitui em privilégio de países como o Brasil nem tampouco do período histórico cujo marco de início é representado pela Primeira Revolução Industrial, sobre isso a autora ainda afirma que:

Tal dualidade se constrói como parte de processo de organização das sociedades de classe e constitui clara explicitação das relações assimétricas de poder entre subalternizados e dominantes, que se agudiza sobremaneira no modo de produção capitalista (RUMMERT, 2007, p.81).

Nesse sentido, problemas como a evasão e a repetência também são problemas enfrentados pelos países desenvolvidos. Recentemente foi divulgado o lançamento de uma campanha de combate a evasão escolar nos Estados Unidos, a medida foi anunciada pelo próprio presidente Obama e dizia: “EUA lançam campanha contra evasão escolar e poderá fechar colégios”. Segundo a reportagem:

Obama lembrou que, "a cada ano, mais de um milhão (de estudantes norte-americanos) não chegam ao final do colégio, quase um em cada três". "Mais da metade deles são negros ou hispânicos", afirmou. Obama ressaltou que a situação econômica atual, com uma taxa de desemprego oficial de 9,7%, deixa pouco espaço para os não diplomados que chegam ao mercado de trabalho (G1, 2010).

Um dos itens da campanha referida prevê a demissão de professores e o fechamento de estabelecimentos de ensino com baixo nível de desempenho. A França e Bélgica estimam que se não houvesse a repetência e a evasão poderiam reduzir seus gastos com educação em 30 e 10% respectivamente. (EURYDICE, 1994 apud KOVACS, 2004). Na Espanha a situação também não é diferente, Galdón (2004) afirma que 25% dos estudantes espanhóis não concluem de forma satisfatória a educação obrigatória e admite que um em cada quatro jovens tem uma alta probabilidade de não se incorporar de forma adequada à sociedade. No ensino superior esses dados sobem para próximo de 40%, sendo o governo espanhol obrigado a incentivar a presença de brasileiros nas universidades espanholas para garantir a frequência equilibrada do ensino.

O aumento da demanda por qualificação em função do avanço científico e tecnológico é apontado como principal causa para índices tão alarmantes de fracasso escolar nesses países como aponta Kovacs (2004),

Isso é resultado, em parte, da magnitude e da velocidade da mudança tecnológica que tornaram necessário não só redefinir os conteúdos como incrementar exigências quanto aos padrões educativos. E, logicamente, diante da maior exigência, maior a probabilidade de fracasso (p.44).

Outra explicação parte do reconhecimento de que as desigualdades sociais existem também no interior de países ricos e, que estas contribuem em grande medida para manutenção dos índices de evasão e repetência nesses países. Nesse sentido Baudelot e Establet (2009) referindo-se a sociedade espanhola defendem a tese de que “a escola como fragmento urbano de uma zona particular só pode ter êxito em uma sociedade menos desigual” (BAUDELLOT e ESTABLET, 2009 apud ABRAMOWICZ et al. 2009).

Uma das evidências de que o fracasso escolar não é um fenômeno isolado de alguns países foi à iniciativa da Organização de Cooperação Econômica para o Desenvolvimento da Educação dos países desenvolvidos (OCDE) que em 1998 lançou um projeto sobre o fracasso. Os resultados desse projeto contribuíram para o conhecimento das dimensões e do significado desse fenômeno em diferentes contextos.

A OCDE é “una organización intergubernamental de países industrializados que actúa como foro de promoción del desarrollo económico y social de los países miembros” (PISA, 2006). De acordo com Kovacs (2004, p.44) o interesse por reduzir o fracasso está no centro do interesse dos países membros da OCDE, isto porque estudos revelaram que nesses países quase a quinta parte dos jovens abandona os estudos antes de completar o *bachillerato*² sem ter adquirido as competências requeridas para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, também pelo fato de que a terça parte da população adulta, em sete das economias mais avançadas, tem uma capacidade de leitura e um rendimento em matemática e ciências menores que os necessários para se conseguir um emprego. A atenção dos governos a esse problema surge por causa dos efeitos negativos do baixo rendimento escolar, como assinala o autor

O renovado interesse dos principais atores educacionais surge das consequências, cada vez maiores, que esse quadro tem para o indivíduo, pois o condena ao desemprego ou a um emprego com baixa remuneração; para o sistema educacional, porque implica desperdício de recursos numa época de restrição dos gastos públicos e para a sociedade em geral porque atinge negativamente a competitividade econômica e a coesão social (KOVACS, 2004, p.43).

Nesse sentido, percebe-se que a questão econômica tanto do ponto de vista individual, da garantia da sobrevivência através do emprego, como do ponto de vista global, dos gastos

² Nível de ensino obrigatório em alguns países cuja função é preparar o aluno para ingressar no ensino superior.

públicos é a preocupação central dos países membros da OCDE ao colocar o problema da evasão escolar como proposta seu enfrentamento.

A Organização aponta três manifestações diferentes para o fracasso. A primeira se refere aos estudantes com baixo rendimento escolar, quer dizer, aqueles que durante sua escolarização não alcançam um grau mínimo de conhecimentos. A segunda abrange os estudantes que abandonam ou terminam a educação obrigatória sem o título correspondente. A terceira aponta para as consequências sociais e profissionais na idade adulta dos estudantes que não obtiveram a preparação adequada. (MACHESI e PÉREZ, 2004, p. 17) Entende-se, então, que para a OCDE o fenômeno pode acontecer em três momentos distintos, ou seja, durante, no final e após o processo de escolarização do indivíduo.

É interessante notar que no contexto internacional o fracasso assume uma dimensão diferenciada do contexto brasileiro. O indivíduo que consegue concluir a escolarização básica aqui não é considerado fracassado independentemente da qualidade da educação que tenha recebido ou se posteriormente não consiga se inserir no mercado de trabalho. No Brasil o fracasso está diretamente ligado a exclusão do espaço escolar, à não conclusão da escolaridade básica obrigatória, ainda que na prática existam várias formas de exclusão, como destaca Ferraro (2004).

Com o objetivo de fazer o diagnóstico nos países membros a OCDE desenvolveu o PISA, avaliação comparada da qual participam outros países, inclusive o Brasil, havendo em cada país participante uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A principal finalidade desse sistema de avaliação é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. As avaliações do PISA envolvem cadernos de prova e questionários e acontecem a cada três anos, com ênfases distintas em três áreas: Leitura, Matemática e Ciências. Em cada edição, o foco incide especialmente sobre uma dessas áreas. Em 2000, o foco era na Leitura; em 2003, a área principal foi a Matemática e em 2006, a avaliação teve ênfase em Ciências. (INEP, 2010)

Com base nos resultados obtidos pelos alunos no PISA autores franceses identificam três grupos de países, classificando-os quanto ao nível de desempenho: um primeiro composto de 24 países reunidos em torno dos países anglo-saxões, Europa do norte (França, Itália e Benelux), Japão e “dragões asiáticos”, estes sendo classificados no nível forte; um segundo grupo, classificado pelos autores como tendo um nível de desempenho médio, que conta com 20 países, ou seja, os países da Europa do norte, a Rússia e os países da Europa do sul e um terceiro grupo, com resultados fracos, composto por 13 países da Ásia, da África do Norte e da América Latina. (BAULDELOT e ESTABLET, 2009, apud ABRAMOWICZ et al. 2009).

A crítica que se faz a sistemas de avaliação como o PISA é mesmo desconsiderar as desigualdades de recursos e os impactos do neoliberalismo que ocorrem de forma e intensidades diferentes em cada país. “Como é possível avaliar com critérios universais sistemas educacionais tão diferentes?” questiona Abramowicz et al. (2009) e ressaltando que:

De todo modo, esse modelo se globaliza, o impacto produz reformas no sistema educacional brasileiro, desde a implantação da escola de nove anos até o modelo de avaliação da pós-graduação executado pela Capes e todos os outros sistemas de avaliação em curso (p.117).

Desse modo, a análise das mudanças ocorridas no nosso sistema educacional não pode desconsiderar a observância dessas políticas internacionais que há muito tempo ditam como deve ser a educação no país. Tais avaliações comprovam a complexidade do fracasso escolar, pois ao mesmo tempo em que se verifica países do chamado Primeiro Mundo sendo desafiados por esse fenômeno pode-se, observar por outro lado, o exemplo de Cuba, que segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresenta um dos melhores índices educacionais do mundo, mesmo com todos os problemas socioeconômicos que enfrenta devido ao bloqueio imposto pelo governo norte-americano há 38 anos.

As características sociais, históricas, econômicas e políticas de cada país refletem os seus sistemas educacionais, por isso não se pode assumir modelos sem considerar os contextos. Entretanto, o fato de que até os países desenvolvidos convivem com a questão do fracasso em nada minimiza a situação do Brasil principalmente quando observamos a forma como o sistema educacional brasileiro “produziu” milhares de fracassados ao longo de sua história.

1.3 Fracasso Escolar no Brasil

O fracasso passou a ser um problema na escola brasileira quando a mesma começou a democratizar-se, ou melhor, quando os pobres reivindicaram e conseguiram que seus filhos passassem a frequentar os bancos escolares. Com efeito a democratização foi fruto da luta das camadas populares que durante várias décadas pressionaram o Estado para entrar na escola e entraram. Contudo não entraram na mesma escola em que outrora estudava os filhos da elite, sobretudo pela qualidade do ensino oferecido, a esse respeito Picanço (1986) afirma que:

Sobre essa qualidade muito se tem escrito e falado. Em especial se aponta para a nova realidade em que penetrou a escola pública brasileira, a partir da presença dos filhos das camadas proletárias urbanas e rurais no seu interior. A velha escola das classes médias não respondeu esta presença tampouco a reforma de 1971 (PICANÇO, 1986, p.11).

Nesse sentido a autora levanta um aspecto primordial para se entender o fracasso escolar e a degradação do ensino público no país: a dualidade da educação. A escola pública ao receber as classes mais pauperizadas da sociedade começou a perder a qualidade que detinha e ao mesmo tempo o ensino privado se qualificou para receber os que podiam pagar. No início do processo de democratização, os altos índices de evasão e repetência davam mostra da segregação que a escola pública brasileira começava a operar. Patto (1996) registra o fato baseada em dados educacionais publicados na década de 1940

O serviço de Estatística Educacional da Secretaria Geral de Educação registrava 53,52% de retidos no 1º ano em 1936(cf. Cardoso, 1949). Dados do INEP (1941) registravam 58,83% de perdas do 1º para o 2º ano primário em 1938. Lourenço Filho (1941) referia-se com entusiasmo ao crescimento quantitativo da rede de ensino primário de 1932 a 1939 e expressava duas novas preocupações: em primeiro lugar com os altos índices de evasão e secundariamente com a repetência que se registrava nos primeiros anos da escola pública primária (PATTO, 1996, p.1).

Nesse período Anísio Teixeira foi o primeiro intelectual a chamar a atenção ao “processo puramente seletivo” que o ensino primário brasileiro estaria ministrando. Para o autor o processo de seleção nas series iniciais da escolarização, ou seja, de escolha de alguns destinados a seguir a educação em níveis pós-primários, estaria prejudicando a função essencial desse nível de ensino. Em 1957 no artigo “A escola brasileira e a estabilidade

social³” publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, um dos maiores expoentes na luta pelos direitos de todos à educação pública, apontou o desvirtuamento do ensino primário no país ressaltando que:

Considerando-o puramente preparatório às fases ulteriores da educação, descuidamo-nos de organizá-lo para efetivamente atender a todos os alunos, seja qual for a capacidade intelectual de cada um, e vimos ao contrário, mantendo a velha organização seletiva da escola propedêutica (TEIXEIRA, 1976, p.389).

De acordo com o autor a organização da escola primária naquela época era o principal fator para explicar a repetência e a exclusão, pois ao fixar os padrões que deviam atingir os alunos capazes “a escola menosprezava as diferenças individuais apenas para eliminar os reputados incapazes”. Sendo assim, Anísio Teixeira foi o primeiro intelectual a apontar o dualismo da escola brasileira, embora sua discussão não envolvesse a questão da luta de classes, defendia que a finalidade do ensino primário seria “cuidar seriamente dos alunos de todos os tipos de inteligências, que a procuram – e que até obrigatoriamente a devem procurar – para lhes dá aquele lastro mínimo de educação” (TEIXEIRA, 1976, p.391).

Entre as décadas de 1930 e 1940 o fracasso escolar passou a ser objeto de estudo. Diversas análises foram feitas para identificar suas causas através de concepções e teorias nem sempre científicas. No livro “A Produção do Fracasso Escolar”, Patto (1996) faz um levantamento dessas análises que tentaram explicar as causas do fracasso ao longo da história.

Durante muitos anos a maioria das crianças que entravam na escola no 1º ano do ensino primário aos 7 anos de idade mal sabia pegar no lápis, pois não existia educação infantil para os pobres e eram poucas as famílias que podiam pagar o ensino particular para seus filhos. De acordo com Brandão (2009) O senso comum pedagógico não levava em conta os diferentes códigos lingüísticos e culturais que desafiavam o projeto de democratização do ensino pela simples expansão de vagas no sistema público.

Mesmo assim, o fracasso foi analisado por diferentes pontos de vista. No início a não aprendizagem dos alunos significava para alguns um sintoma hereditário, pelo fato da nova

³ Esse artigo foi novamente publicado em 1976 no livro “Educação e Sociedade” organizado por Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi.

clientela estar composta dos filhos de pais com pouca instrução. Problemas de ordem psicológica também foram atribuídos a essas crianças, inclusive as “classes especiais” foram criadas para mantê-las separadas daquelas que conseguiam aprender alguma coisa. Abramowicz et al. (2009) mostram que as análises com esse viés sofreram uma ruptura na década de 1970, admitindo que:

Na década de 1970, do ponto de vista do debate acadêmico, as teorias compensatórias que procuravam explicar o fracasso escolar com base na teoria das carências culturais, afetivas e alimentares no interior do eixo médico-higienista que medicalizava alguns alunos, especialmente os pobres que não conseguiam aprender, estabelecendo uma relação entre desnutrição, dificuldade visual e/ou auditiva e aprendizagem, foram tragadas pela renovação desse debate e, ao mesmo tempo contribuíram para a introdução de políticas públicas como, por exemplo, a merenda escolar, que foram tentativas de resolver e interromper esse processo de repetência, muito oneroso também do ponto de vista econômico (p. 111).

Segundo as autoras, a partir dessa década, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar baseadas na vertente marxista produziram efeitos importantes na reconfiguração da escola e também na formulação da pedagogia denominada de teoria crítica e/ou marxista. Ainda de acordo com as autoras o debate realizado na época era pautado principalmente no livro *A reprodução* de Bourdieu e Passeron, publicado em 1970.

Além disso, em outras obras também pode-se verificar a contribuição de Bourdieu, para análise dos sistemas de ensino e da escola e sua função reprodutora numa sociedade dividida em classes. Para Bourdieu e Passeron (1975), a inclinação de enxergar nas estatísticas educacionais apenas a manifestação isolada entre performance escolar e vantagens ou desvantagens que se prendem a origem social resulta do fato de não se analisar que “a desistência resignada dos membros das classes populares diante da escola” deve-se à organização e às funções do sistema escolar “como instância de seleção, de eliminação e dissimulação da eliminação sob a seleção”. Nessa direção os autores afirmam que:

Quando se trata de explicar que a fração da população escolar que se elimina antes de entrar no ciclo secundário ou durante esse ciclo não se distribui ao acaso entre as diferentes classes sociais, fica-se condenado a uma explicação através de características que permanecem individuais, mesmo quando imputadas igualmente a todos os indivíduos de uma mesma categoria, na medida em que não se adverte que tais características só se manifestam na

classe social *enquanto tal* na e através de sua relação com o sistema de ensino (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p.165).

Assim, de modo geral, a obra de Bourdieu contribuiu para derrubar a idéia de que a escola realiza uma seleção “neutra” daqueles que possuem mérito para alcançar postos mais elevados na sociedade (LUGLI, 2008). E também para mostrar que “ao tratar de modo igual quem é diferente, a escola privilegia, de maneira dissimulada, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado”. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2008) No livro “Democratização do Ensino: meta ou mito?” organizado por Brandão (1979), diversos autores, baseados nas contribuições de Bourdieu, discutem os impasses do projeto de democratização escolar brasileiro que não levou em conta as diferenças de socialização primária dos contingentes de estudantes incorporados pela abertura de novas vagas.

Apesar dos estudos e das políticas educacionais implementadas com vistas a diminuir os índices de evasão e repetência, Arroyo (2003) mostra que na década de 1980 a situação ainda não havia se modificado

As estatísticas não fazem outra coisa senão confirmar o fracasso escolar dos filhos do povo. Os índices de repetência e evasão teimam em mostrar que quase 60% dessas crianças não ultrapassam a 1ª série, e o restante irá saindo, ou sendo forçado a sair, ainda nas primeiras séries, sem contar aqueles que nem entram na escola (p. 11) .

Estes números demonstram grande "viscosidade" do sistema brasileiro, isto é, uma incapacidade em possibilitar à sua clientela um avanço progressivo aos níveis mais altos de escolaridade. (MELLO e SILVA; 1990) Os estudos mostram que a repetência e a evasão sempre tiveram uma relação de causalidade muito forte no Brasil. Atualmente, segundo Gatti (2009) o sucesso escolar de crianças e jovens é um problema em evidência no país, uma meta que não foi alcançada de modo suficiente. Ainda que se possa observar uma melhor adequação do fluxo escolar os dados mostram que a repetência e evasão na educação básica vêm se mantendo constante e até mostra certa elevação nos últimos anos.

No início do processo de democratização, a evasão em decorrência da repetência ou de problemas com relação a aprendizagem, se dava logo nos primeiros anos de escolarização. Nos dias atuais percebe-se que a saída dos alunos do sistema escolar vem acontecendo cada vez mais tarde. Esse aumento em anos de escolaridade em grande medida foi conquistado

com a adoção de políticas que proíbem a reprovação em determinadas séries (aprovação em ciclos, aprovação automática), através de programas sociais de apoio a renda familiar que tem a frequência escolar como condicionalidade para o recebimento da bolsa e de medidas coercitivas que prevêm punições para os pais que deixarem seus filhos fora da escola.

Nesse capítulo ficou evidenciada a complexidade do fracasso escolar. Em primeiro lugar, por se tratar de um conceito que envolve uma série de acontecimentos relacionados a problemas com a aprendizagem e/ou escolaridade. Em segundo lugar, por ser um fenômeno que se manifesta em vários países do mundo, inclusive em países ricos, colocando ainda mais em evidência as contradições do capitalismo. Em terceiro e último lugar, por ser um problema que, além das dimensões pedagógicas, tem dimensões históricas, culturais e políticas que contribuem em muito para a manutenção do fracasso escolar nas escolas brasileiras. Tais considerações sobre o fracasso são de fundamental importância para se entender as causas da evasão escolar entre os jovens, fato que já é considerado um grande problema social na atualidade.

2 – Evasão Escolar: faceta do fracasso

A evasão escolar entre os jovens tem sido objeto de diversas pesquisas nos últimos anos (NEY et al. 2010, NERI, 2009; BORGHI, 2009; CRUZ, 2009; MARUN, 2009; TÚBERO, 2008; VERHINE; 2006) o que indica a atualidade do tema. Em geral, as dissertações, teses, artigos e pesquisas encomendadas por secretarias de educação ou organizações educacionais privadas procuram investigar as causas da evasão a partir de entrevistas com profissionais da educação, dos próprios jovens evadidos ou de seus pais e familiares. No Brasil a atenção se voltou ainda mais para esse faceta do fracasso nos últimos anos, entretanto entre os países da América Latina o problema já era motivo de preocupação a mais tempo, como exposto por Ribeiro (1991) ao afirmar que,

Durante os últimos cinquenta anos, as estatísticas educacionais oficiais nos países da América Latina mostram um quadro onde a evasão escolar parece ser o principal entrave ao aumento da escolaridade e da competência cognitiva de sua população jovem (p.2).

Na Argentina, por exemplo, a alfabetização é quase universal desde 1947, mas os jovens tinham poucos anos de estudo. O ensino é obrigatório dos 5 aos 17 anos, o sistema

escolar da Argentina consiste em um nível primário que dura de seis a sete anos, e um secundário que dura de cinco a seis anos. Atualmente no país, três em cada oito adultos acima de 20 anos completaram o ensino secundário ou superior (CASTRO, 2007).

No Brasil, a evasão entre jovens pobres do sistema educacional sempre foi uma realidade, contudo antes o fato ainda não havia se constituído no problema com a proporção que conhecemos hoje. Com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental no país um dos atuais desafios é permanência dos jovens no ensino fundamental e o seu posterior ingresso no ensino médio, que é uma meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação cujo prazo de implementação expira em 2010. Nesse capítulo nos voltaremos para compreensão de um dos fenômenos que compõe o fracasso: a evasão escolar a partir de pesquisas recentes realizadas em torno da temática.

2.1- Os números da evasão

Os números que correspondem ao chamado fracasso escolar, em geral, estão em queda no Brasil. As taxas de analfabetismo, reprovação, distorção série-idade a cada ano são menores exceto a taxa de abandono no ensino médio que desde 2002 vem apresentando pequenas, mas significativas elevações. Levantar a questão do fracasso escolar no Brasil no momento em que o país avança em termos de oferta de ensino parece ser um anacronismo, no entanto, a questão é que o déficit educacional da população ainda é alto se comparado a outros países e os desiguais resultados alcançados por regiões geográficas mostram um quadro vergonhoso para o país. Além disso, há que se pensar nos milhares de crianças, jovens e adultos, vítimas do fracasso, que esses números, ainda que menores em relação a épocas passadas representam para a conjunto da sociedade.

De acordo com o Panorama de Educação (2010) organizado pela OCDE com base em indicadores internacionais comparáveis referentes ao ano de 2008, na maioria dos países da OCDE 60% ou mais dos adultos de 25 a 64 anos concluíram a educação secundária, que corresponde ao ensino médio. Enquanto no Brasil a situação é quase que inversamente proporcional, apenas 39% da população nessa faixa etária concluíram essa etapa do ensino. Em relação ao ensino superior a taxa de conclusão nos países membros da organização é de

35% na faixa etária mais jovem (25 a 34 anos) três vezes maior que a taxa média da população brasileira nessa faixa etária, apenas 11% concluíram o ensino superior mesmo com a expansão que assistimos nos últimos anos. (Panorama de Educação, 2010) Ao apresentar as taxas de escolarização o levantamento evidencia o percentual daqueles que ficam de fora, os evadidos ou expulsos do sistema educacional.

No Brasil, as taxas de analfabetismo, reprovação e abandono ainda são maiores nas regiões Norte e Nordeste. Alguns estados dessas regiões ainda apresentam números bastante díspares da média nacional, como é o caso da Bahia. Informações educacionais organizadas pela Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional (SUPAV) da Secretaria de Educação do Estado da Bahia comparam os números do Brasil, do Nordeste e da Bahia. O documento mostra que em 2000 as taxas de escolarização bruta no ensino fundamental mostravam que a distorção série-idade na Bahia (161,5) era maior que a média do Nordeste (141,2) e do Brasil (126,7), como aponta a Tabela 1,

Tabela 1

Taxa de Escolarização – Brasil/ Nordeste e Bahia 2000.

Em (%)

Abrangência Geográfica	Etapas de Ensino	Taxa de Escolarização	
		Bruta	Líquida
Brasil	Ensino Fundamental	126,7	94,3
	Ensino Médio	76,6	33,3
Nordeste	Ensino Fundamental	141,2	92,8
	Ensino Médio	56,7	16,7
Bahia	Ensino Fundamental	161,5	96,2
	Ensino Médio	61,3	15,3

Fonte: Informações Educacionais, Bahia - 2006

Já a taxa de escolarização líquida no ensino médio mais uma vez comprova o atraso educacional da Bahia em relação ao país, os números indicavam que somente 15,3% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos encontravam-se matriculados no ensino médio em 2000, menos da metade da média nacional. Em 2004 a taxa de escolarização bruta e líquida do ensino fundamental foi de 144,9% e 94% e no ensino médio 84,6% e 26,8% respectivamente.

Como defendeu Ribeiro (1991, p.13) “esta situação mostra em toda a sua dramaticidade, qual é o principal obstáculo à universalização da educação básica em nosso país: a repetência”, que além de produzir os enormes índices de distorção série-idade, contribuem para a saída de estudantes do sistema de ensino. De acordo com Klein (2006, p. 140) “a evasão acaba acontecendo em decorrência da repetência, os alunos avançam pouco nas séries, e acabam ‘expulsos’ da escola”.

Com relação a taxa de analfabetismo pode-se observar que o Nordeste ocupa as piores posições em relação as demais regiões. Dos dez estados com maior índice de analfabetismo nove eram nordestinos em 2005, sendo que a Bahia ocupava a 10ª posição naquela ocasião. Os dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE mostram uma diminuição significativa dessa taxa na Bahia entre 2004 e 2009, enquanto no país a queda foi de 1,8 ponto percentual, na Bahia houve queda de 4,24 pontos percentuais no período. Segundo a mesma pesquisa em 2009, 16,7% dos baianos não sabiam ler e escrever, são 1,8 milhão de pessoas com mais de 15 anos nesta situação, o que correspondia a mais de 12% do total de analfabetos do Brasil que possuía 14,1 milhões no total.

Já as taxas de reprovação e abandono na Bahia em 2004, de acordo com o levantamento feito pela SUPAV mostram claramente que no ensino fundamental o fracasso aparece mais através da reprovação (19,2%) e no ensino médio através do abandono (21,1%), como pode-se observar na Tabela 2,

Tabela 2

Taxa de Aprovação/Reprovação e Abandono 2004

Em (%)

Abrangência Geográfica	Etapa de Ensino	Taxas		
		Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	Ensino Fundamental	78,7	13,0	8,3
	Ensino Médio	73,3	10,7	16,0
Nordeste	Ensino Fundamental	69,7	16,7	13,6
	Ensino Médio	70,9	8,2	20,9
Bahia	Ensino Fundamental	64,3	19,2	16,5
	Ensino Médio	69,0	9,9	21,1

Fonte: Informações Educacionais, Bahia - 2006

O levantamento mostrou ainda que na Bahia, entre 1999 e 2004 as taxas de abandono diminuíram no ensino fundamental. Já no ensino médio a taxa era de 21,6 % em 1999, caiu para 19,1 % em 2001 e em 2004 subiu para 21,1%. De acordo com o Anuário Estatístico da Educação do estado em 2008 esse índice decresceu para 19,8% no ensino médio e 9,0% no ensino fundamental. Apesar dos números não apresentarem crescimento das taxas de abandono, a repercussão nacional sobre a evasão juvenil tem sido grande nos últimos anos.

O estudo que ouviu dirigentes escolares em 2006 mostrou que a dificuldade para traduzir a evasão em números decorre da resistência de alguns gestores em transmitir a quantidade exata de alunos evadidos para as respectivas secretarias, uma vez que a informação pode gerar prejuízos para a escola, como afirmou alguns gestores,

[...] no regular, eu tenho um turno que só não fechei ainda porque estou gerenciando essa escola vazia, porque é mais interessante manter um turno e garantir os professores esperando que, em dois mil e sete, a gente consiga voltar a fazer uma matrícula discente pra novamente aproveitar tudo (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.21).

[...] se eu diminuo os alunos, se os alunos vão embora, sabe que o principal prejudicado somos nós, os gestores, porque o porte da escola cai e eu tenho uma redução do meu salário. Então a discussão, que nós já colocamos, é que a escola não deveria perder porte quando o aluno sai, até porque a culpa não é minha. Eu, diretor, não posso ser penalizado. O professor não perde nada, ele continua ganhando a mesma coisa, mas eu, eu, gestor, sou prejudicado (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.22).

A evasão para escola gera corte no orçamento, remanejamento de professores para outras unidades e implica na diminuição do salário dos dirigentes, definido pelo porte, ou seja, pelo número de alunos que a escola atende. Segundo os gestores entrevistados o problema ainda gera mal estar entre os professores que não querem dar aula para poucos alunos, “em um aparente contra senso”. (VERHINE, 2006)

Os maiores índices de evasão escolar sempre se apresentaram no turno noturno, mas ultimamente o diurno vem apresentando números elevados. Os dirigentes escolares entrevistados confirmam a ociosidade da rede estadual em Salvador, especialmente no turno

vespertino e mencionaram salas vazias ou salas com número muito baixo de alunos já na matrícula, como ilustra a fala a seguir:

Não temos alunos [...] eu tinha vinte e seis turmas no matutino de ensino médio, hoje eu tenho dez. (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.21)

É na matrícula que os sintomas da evasão aparecem, quando se espera que o contingente de alunos que não concluíram seus estudos retorne as unidades de ensino para fazê-lo e o regresso não acontece como o esperado. O abandono, fenômeno que pode ser medido somente após o início das aulas, já é esperado pelos gestores, que afirmaram permitir a matrícula de alunos em número maior que o estipulado por turma prevendo sua ocorrência.

Mesmo com a possível tentativa de camuflagem, os números apontaram que em 2008 o abandono no ensino médio atingiu a grande maioria das escolas situadas no estado. Em alguns municípios a taxa ultrapassou a casa dos 30%, como foi os casos de Mucurí (30,4), Nazaré (38,3), Piraí do Norte (34,2), Taperoá (32,1) e outros. (ANUARIO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, 2010)

Os dados sobre o abandono nas escolas públicas do estado da Bahia viraram notícia em jornais locais. “São milhares de alunos que se encontram matriculados, em todo estado, mas por algum motivo deixam de frequentar a escola, mesmo antes de completar o Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio apresenta os maiores índices” divulgou o Jornal A Tarde em setembro de 2009 em reportagem que trazia os números do abandono:

Até o final do ano, cerca de 375 mil estudantes – 250 mil por abandono e 125 mil por evasão – da rede estadual baiana de ensino público estarão fora das salas de aula, estima a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC). No Colégio Estadual Landolfo Alves, em Salvador, por exemplo, 35 turmas que começaram 2009 com 40 alunos hoje têm frequência bem menor, algumas chegando a quatro ou cinco estudantes por turma (BRITO, 2009a).

Além dessa, outras notícias apontaram o esvaziamento das escolas estaduais, principalmente no turno vespertino, a exemplo do Colégio Central que segundo um de seus gestores Jorge Nunes Sacramento, em entrevista concedida ao jornal eletrônico Folha Salvador declarou que dos 2.700 alunos matriculados no Colégio em 2008, menos de 200 compareciam no turno vespertino.

Tais informações colocaram o esvaziamento das escolas na Bahia em evidência e renunciaram a implementação de ações governamentais para resolver o problema. Ao lado disso tal situação suscita algumas questões importantes como: quais as causas da evasão segundo as pesquisas atuais? Existem semelhanças nas análises realizadas em décadas anteriores? O que dizem os especialistas sobre o assunto?

3 – As causas da evasão escolar

As pesquisas que abordam a questão da evasão, em geral, têm como foco o levantamento de suas causas, dos motivos que excluem parcela significativa da juventude do espaço escolar. Machesi e Pérez (2004, p.19) afirmam que ao longo dos anos foram identificadas diferentes causas para explicar o fracasso, alguns estudos insistiram nos fatores estritamente vinculados ao aluno: suas capacidades, motivação ou herança genética. Outros deram ênfase principalmente aos fatores sociais e culturais. Ambos buscaram as causas do fracasso fora do ambiente escolar. Outros, finalmente, voltaram à atenção para as escolas e defenderam que também a organização e o funcionamento das mesmas têm uma parte de responsabilidade pelo fracasso. Ainda de acordo com os autores,

Atualmente, existe um amplo acordo que as interpretações unidimensionais do fracasso escolar não são exatas e de que não é possível explicar a complexidade desse fenômeno educacional através de um só fator. A maioria dos estudos e pesquisas coincide ao incorporar vários níveis ou dimensões em sua tentativa de explicação. É na influência relativa de cada uma das dimensões que existem diferenças importantes (MACHESI e PÉREZ, 2004).

Entretanto, os autores concordam que nesse ponto ainda há uma grande ambiguidade e imprecisão, especialmente em pesquisas quantitativas, embora alguns avanços tenham acontecido na Espanha, onde alguns estudiosos já trabalham com um modelo multinível, no qual é possível identificar quantitativamente o peso que cada fator exerce para ocorrência do fracasso. No Brasil, as pesquisas quantitativas que buscam apontar as causas da evasão, em geral, continuam a utilizar o modelo no qual um único motivo pode ser apontado dentre tantos outros por cada participante. As análises que partem dessas pesquisas correm o risco de não identificarem os reais determinantes da evasão, ou pelo menos aqueles que exerceram maior influência para a ocorrência do fenômeno.

As escolas públicas brasileiras há décadas convivem com a evasão, como já foi mencionado. No início o fenômeno se apresentava logo nos primeiros anos de escolaridade, as crianças eram as maiores vítimas. Atualmente é no ensino médio que o problema tem ocorrido com mais intensidade, sendo a população jovem a mais afetada. Considerando que na modernidade a escolaridade tem se constituído cada vez mais um requisito indispensável para inserção social questiona-se: por quais motivos os jovens evadem na atualidade?

3.1 - Panorama Nacional: “a falta de interesse dos jovens”

As pesquisas de alcance nacional que buscaram levantar as causas da evasão entre os jovens historicamente registraram a necessidade de trabalhar como a maior causa para ocorrência do fenômeno. Atualmente outros fatores têm aparecido com mais frequência nas pesquisas, a exemplo da falta de interesse pelos estudos por parte dos jovens.

A pesquisa “Ensino Médio: Múltiplas Vozes”, divulgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Ministério da Educação (MEC) em 2003, buscou entre outras questões, levantar as causas do abandono escolar no ensino médio, nas escolas públicas e particulares, em 13 capitais brasileiras⁴. A metodologia da pesquisa abrangeu duas abordagens: a quantitativa, na qual através de questionários auto-aplicáveis a uma amostra de alunos e professores buscou-se caracterizar e mapear os atores e suas posições; e a qualitativa que, por meio de técnicas de entrevistas, grupos focais e observações *in loco* procurou-se apreender as motivações e o conteúdo das manifestações sociais de alunos, professores, diretores e supervisores (ABRAMOVAY e CASTRO 2003, p.37).

As autoras da pesquisa afirmam que o ensino médio sempre se configurou como espaço de difícil equacionamento, principalmente pela falta de consenso com relação a identidade desse nível de ensino, pois sempre oscilou entre duas alternativas básicas: oferecer uma educação profissionalizante com caráter de terminalidade ou oferecer uma educação

⁴ As capitais foram: Rio Branco, Macapá, Belém, Teresina, Maceió, Salvador, Cuiabá, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

propedêutica voltada ao prosseguimento dos estudos em nível superior (ABRAMOVAY e CASTRO 2003, p.27).

O estudo levantou e discutiu diversas questões e problemáticas que perpassam o ensino médio. Com relação a não-permanência dos alunos no sistema considerou a noção de abandono escolar e não de evasão, já que os jovens entrevistados se encontravam dentro do ambiente escolar. Portanto, não se tratava de alunos evadidos e sim de alunos que alguma vez abandonaram a escola. E constatou que o contingente de alunos que esteve nessa situação é bastante alto:

Ao longo de sua trajetória escolar, cerca de 1/5 dos estudantes em onze das treze capitais pesquisadas já abandonaram os estudos pelo menos uma vez. A maior percentagem de estudantes que abandonaram a escola é encontrada em Belém (27,3%), e a menor em Curitiba (14%) (ABRAMOVAY e CASTRO 2003, p.529).

Entre os motivos para ocorrência foram listados pela pesquisa: necessidade de trabalhar, mudança de bairro ou cidade, falta de dinheiro para despesas com transporte e trabalhos escolares, cansaço e/ou desmotivação, problemas relacionados a indisciplina ou ao baixo rendimento escolar, gravidez precoce, envolvimento com drogas, problemas de doença, problemas com colega ou professor, dentre outros. Na maioria das capitais os motivos mais citados foram respectivamente: a necessidade de trabalhar, mudança de bairro ou cidade, cansaço /desmotivação, gravidez, falta de dinheiro, doença e reprovação. E em todas as categorias de motivos as maiores taxas se apresentaram na rede pública, sobre isso as autoras ressaltaram:

Tal situação sugere que o abandono e possivelmente a evasão escolar são fenômenos de classe, relacionados a necessidade de sobrevivência e maiores problemas de conciliação entre estudos e experiências de vida extra-escola, assim como a inadequação das escolas em lidar com alunos com tais demandas. Não se abandona também a relação entre abandono, frustrações e desencanto com a escola. (ABRAMOVAY e CASTRO 2003, p.535)

Mais uma vez evidencia-se a complexidade da evasão e a necessidade de análises multiníveis, que considerem os vários fatores que contribuem para que o abandono ou a evasão ocorra, como defendeu Machesi e Pérez (2004). O estudo acima descrito mostrou também que a “reprovação branca”, caracterizada quando o aluno abandona os estudos quando está a ponto de repetir o ano, é uma motivação bastante frequente. Os professores

revelaram que os alunos abandonam quando sentem que não vão conseguir superar as dificuldades e geralmente as deficiências de aprendizagem que o aluno trás de séries anteriores colabora para a “reprovação branca”, como destacaram as autoras:

Eles ressaltam que, muitas vezes, os alunos saem do ensino fundamental com uma formação deficiente e, por isso, têm dificuldade em acompanhar as disciplinas do ensino médio. Nessas condições, o medo do fracasso no final do ano eleva as possibilidades do aluno abandonar a escola (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003, pp.528-529).

Essa situação traz à tona a discussão sobre a ineficácia dos programas de “aprovação automática”, medida adotada pelos governos para diminuir os índices de reprovação e que vem sendo alvo de críticas por não garantir a aprendizagem dos alunos.

Em linhas gerais, a pesquisa citada levantou aspectos importantes sobre a evasão escolar, reafirmando o seu caráter de classe e revelando que as motivações para ocorrência do fenômeno incorporam questões novas, principalmente em decorrência dos problemas gerados pela urbanização desordenada. Mas, fundamentalmente mostrou também que a evasão continua a refletir questões antigas, como a desigualdade social que está na base das problemáticas relacionada ao fracasso.

Recentemente outra pesquisa “O tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola” divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2009, buscou conhecer os motivos da evasão escolar entre os jovens de 15 e 17 anos, faixa etária do ensino médio, mas por causa da distorção série-idade abrangeu ainda jovens que evadiram no ensino fundamental. É importante ressaltar que tanto a UNESCO como a FGV afirmam que as referidas pesquisas são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista das instituições.

Coordenada pelo economista Marcelo Neri, a pesquisa divulgada pela FGV baseou-se nos suplementos de educação⁵ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em todos os estados brasileiros. As respostas foram dadas pelos próprios jovens evadidos ou por outro morador do domicílio, em geral, a mãe. Segundo os autores,

⁵ Trata-se de aspectos complementares de educação da PNAD que reúne uma série de informações sobre a situação educacional das crianças e adolescentes no país e traz dados diversos, como por exemplo, sobre a oferta e o consumo de merenda escolar.

Os suplementos de educação da PNAD permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e assim, podem aprimorar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola (NERI, 2009, p.4, grifo nosso).

Nota-se que para os autores o fenômeno da evasão é de responsabilidade dos próprios sujeitos evadidos, ainda que em outro momento refiram-se a falta de atratividade da escola. O estudo baseou-se basicamente em uma pergunta direta com três alternativas preestabelecidas, a pergunta foi: “porque os jovens de 15 a 17 anos evadem?” e as alternativas foram: falta de oferta de ensino, falta de interesse pela escola ou necessidade de trabalhar, como exposto abaixo,

Propomos o estudo das causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivações, a saber: A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a posição de restrição de renda e do mercado de crédito que impede as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo (NERI, 2009, p.4).

Com base nessas alternativas a pesquisa apontou que em 2006: 40,3% dos jovens evadem por falta intrínseca de interesse; 27,1 % pela necessidade de trabalhar e gerar renda; 10,9% pela dificuldade de acesso e 21,7% por outros motivos, contudo não explicita quais seriam esses outros motivos. Tais resultados provocaram grande repercussão na mídia e no momento da divulgação da pesquisa vários jornais anunciaram: “falta de interesse é a maior causa da evasão entre os jovens brasileiros”. Para o coordenador da pesquisa isso ocorria “talvez por desconhecimento dos prêmios oferecidos pela educação” por parte dos alunos e de seus pais (NERI, 2009, p.6).

Pode-se observar que a pesquisa desconsiderou questões fundamentais para se compreender a evasão na sociedade brasileira. A forma como o estudo abordou as motivações da evasão assemelha-se a forma como o fenômeno era entendido pelos pesquisadores das décadas de 1950 a 1960, os quais nutriam um profundo preconceito em relação à classe popular, muitas vezes reforçados por estudos na área médica e na recente psicologia como

descreveu Patto (1991). Para essa autora o discurso da “falta de interesse” é ambíguo, a mesma afirma que:

Esta maneira de pensar a educação e sua eficácia é marcada por uma ambiguidade: de um lado afirma a inadequação do ensino no Brasil e sua impossibilidade, na maioria dos casos, de motivar os alunos; de outro, cobra do aluno interesse por uma escola qualificada como desinteressante, atribuindo seu desinteresse à inferioridade cultural do grupo social de onde provém. Estas interpretações do fracasso da escola são, a nosso ver, inconciliáveis (PATTO, 1991. pp. 90-91).

Com isso não se quer afirmar que não existam jovens “desinteressados” ou que “não gostem” de estudar. Mas existe uma questão maior por detrás dessa informação: Qual a origem dessa falta de interesse? Diagnósticos como esses desconsideram os mecanismos de poder existente nos espaços sociais e ignora os estudos realizados desde a década de 1970 que tentaram desvendar tais mecanismos. Autores que acompanham a discussão em torno do fracasso há muitos anos identificam mudanças nesse tipo de análise:

As análises centradas nos educandos como sujeitos do seu fracasso foram mais longe. Apontam para a relação desses educandos com o saber, para os obstáculos individuais à mobilização com o saber. A cultura escolar e seus rituais de enturmação e reprovação têm colocado a responsabilidade nos alunos, em seu desinteresse pelo estudo, em sua capacidade de aprender, em seus problemas de aprendizagem e de conduta (ARROYO E ABRAMOWICZ, 2009. p.9).

A compreensão do problema a partir da possível falta de interesse do jovem faz com que a responsabilidade recaia sobre o indivíduo, ou seja, o contexto social, político e econômico não exercem influência na evasão, quem evade, o faz porque não quer estudar.

A falta de interesse é nacionalmente apontada como a principal causa da evasão entre os jovens, ainda que para alguns especialistas, haja contradição nesse discurso, é a partir dele que a problemática da evasão tem sido encarada no país. No contexto baiano, além desse, são apontados diferentes motivos para a ocorrência do fenômeno, especialmente nas escolas situadas na capital.

3.2 - Panorama local: “a polêmica do smart-card”

Na Bahia o fracasso escolar é mais acentuado no meio rural, onde problemas como: falta de infra-estrutura, falta de professores qualificados, falta de transporte escolar e outros são maiores. Entretanto as áreas urbanas também lidam com impacto das pessoas que vêm do interior em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho. Por isso, os motivos apontados para a ocorrência da evasão no estado são bastante diversificados dependendo da região focalizada. Em Salvador o Smart-card⁶ é apontado pelos professores como uma das maiores causas da evasão.

Estudos realizados no âmbito local demonstram a situação apresentada, a exemplo da pesquisa “Bahia: por uma escola pública de qualidade” encomendada pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) ao Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP/UFBA) para identificar problemas e analisar formas de melhorar a qualidade da educação pública no estado. Esse estudo, coordenado pelo Prof. Robert Verhine e divulgado em 2006, evidenciou entre outras coisas, o crescimento vertiginoso dos casos de evasão.

Tal pesquisa compôs um panorama educacional da Bahia, utilizando informações disponibilizadas em documentos e *sites* da SEC, do INEP, do Projeto de Avaliação Externa (UFBA-ISP/FAPEX) e materiais de divulgação dos diversos projetos da SEC. Além disso, através de grupos focais realizados com dirigentes de escolas estaduais, localizadas em Salvador, que oferecem vagas para o ensino fundamental e/ou ensino médio, mostrou a visão da categoria sobre os motivos da evasão na capital. A questão da falta de interesse apareceu no discurso dos dirigentes como a grande mola propulsora da evasão, como indica os trechos abaixo:

Nós temos hoje no Estado [...] é histórica a evasão, as escolas estão vazias porque a evasão está batendo um recorde. Simplesmente a escola talvez não represente mais pra ele, o estudante, o que representou pra gente, o que representou pra alguns há algum tempo atrás (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.28).

Antigamente a gente tinha aquela idéia de que o caminho era a educação, hoje em dia na cabeça do aluno o caminho são outros, são vários, é a música, o futebol, é o pagode, é o tráfico, [...] que ele lucra muito mais. Então hoje existem vários caminhos (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.27).

⁶ Cartão de Meia Passagem Estudantil que proporciona a estudantes de Salvador o desconto de 50% no pagamento da passagem de ônibus no município.

Observa-se nessas e em outras falas registradas na pesquisa que há grande preocupação com a dimensão que a evasão vem tomando nas escolas. Em meio ao discurso da falta de interesse surgiram questões que apontam problemas específicos dos grandes centros urbanos, como o tráfico de drogas.

De fato, há notícias que a disputa por pontos de drogas estão impedindo a circulação de jovens entre alguns bairros da cidade e forçam a saída de alguns alunos do ensino. Borghi (2009) mostrou a realidade de uma escola situada em um bairro de Salvador que ficou completamente esvaziada devido à ação de traficantes, que proibiram a frequência dos alunos em resposta ao combate da venda de entorpecentes na instituição promovida pelo novo diretor.

Outros motivos, como a falta de perspectiva, o desemprego, as dificuldades para conseguir dinheiro para despesas com transporte e alimentação também foram apontadas pelos dirigentes escolares na pesquisa encomendada pelo Governo do Estado,

[...] uma questão social muito grave, pelo menos na minha realidade, é a falta de perspectiva dos alunos. Os alunos trabalhadores vão hoje a escola, se matriculam só por uma questão de pegar o smart card. São poucos os que vão pra realmente estudar, certo? Então a questão social da falta de emprego aí já entra. Social mesmo, que o governo tem que rever isso e aí tudo vai convergir na escola (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.28).

Esse depoimento é importante por levantar aspectos sociais indispensáveis, principalmente em se tratando de uma cidade como Salvador, que cresce de forma desordenada e acumula graves problemas sociais. O cartão de meia passagem estudantil, instituído desde 1983 no município, é um benefício que ajuda a minimizar as dificuldades do estudante que dispõe de poucos recursos. Porém, nos últimos anos a evasão escolar é atribuída à concessão desse benefício. Os estudantes são acusados de se matricularem somente para terem o direito a meia-passageira e depois de adquiri-lo deixam de frequentar a escola e transferem o cartão para outros, em geral familiares.

De acordo com a Portaria nº 009/2006 da Secretaria Municipal dos Transportes e Infra-Estrutura de Salvador as instituições de ensino são obrigadas a encaminhar ao órgão

responsável pelo gerenciamento dos cartões as listas de alunos matriculados com frequência regular. E mantê-las atualizadas para evitar que alunos evadidos continuem a desfrutar do benefício, porém não se tem notícia de que o controle é realizado na prática. O fato é que a queixa dos gestores entrevistados foi grande a esse respeito.

Em entrevista ao Jornal A Tarde, o diretor do Colégio Estadual Costa e Silva que tem índice de evasão de 40%, afirmou que a maioria das desistências é relacionada a alunos que se matriculam apenas para garantir meia-passagem em ônibus. O diretor garantiu que “não existe política que associe frequência escolar ao Smart-Card e tem gente que já terminou e se matricula para continuar a ter o benefício” (REBOUÇAS,2009).

Com relação ao ensino médio, nível em que a evasão é maior, as falas dos dirigentes demonstram o reconhecimento de falhas na política de educação, como pode ser observado nos trechos seguintes:

Até a oitava série os alunos são carentes, as famílias são carentes, eles precisam de alimento, eles precisam de ajuda de fardamento, eles precisam de livro, todo tipo de ajuda, certo? Mas quando chega no ensino médio, essa mesma família, com todos aqueles problemas que existiam ,deixou de ter essas necessidades.[...] (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.29).

Quem é que não quer estar bem preparado pra passar na universidade, apesar de tantas políticas oferecendo universidade gratuita a alunos carentes, alunos de escola pública? Mas eles não conseguem se manter porque eles estão com fome. Eles não têm dinheiro, então o que termina acontecendo? Eles voltam para as escolas da comunidade que ficam próximas de casa que eles não precisam pagar transporte. [...] Porque ele acredita, assim como a família, que a escola do Centro (da cidade) ainda é a melhor escola (Depoimento em grupo focal, citado por VERHINE, 2006, p.29).

A mudança de tratamento na política educacional com relação ao aluno que entra no ensino médio é fortemente criticada pelos gestores. Alguns também criticaram o aspecto essencialmente propedêutico do ensino por deixarem muitos jovens sem destinação alguma com relação a profissão. A preferência de algumas famílias pelas escolas do centro da cidade, segundo os diretores entrevistados, colabora para aumentar os casos de abandono, pois muitas famílias não conseguem arcar com as despesas com transporte no decorrer do ano letivo.

Nesse sentido, os motivos da evasão entre os jovens no contexto baiano não se diferenciam muito daqueles apontados no contexto brasileiro. A falta de interesse, a necessidade de trabalhar, as questões sócio-econômicas também apareceram como principais causas do esvaziamento das escolas na Bahia. A “polêmica do Smart-Card” em Salvador foi o único elemento diferente dentre as causas apontadas nacionalmente. Diante das problemáticas levantadas pelos depoimentos dos gestores na pesquisa Verhine (2006) afirma que as possíveis causas para o abandono precisam ser aprofundadas.

A compreensão das causas da evasão a partir dos próprios jovens é um procedimento metodológico assumido em alguns trabalhos, em especial em teses e dissertações que tratam da temática. Tais estudos trazem a tona o sentido da escolarização para essa parcela da população, o que vem sendo objeto de análise dos autores que se debruçam sobre o fracasso escolar.

4 – “Estudar para quê? Os sentidos da escolarização para os jovens

Muitos são os jovens que se perguntam hoje: “Estudar para quê”? As dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e garantir um emprego socialmente protegido têm feito com que os jovens questionem o sentido da escolarização, uma vez que o desemprego na atual conjuntura tem alcançado até indivíduos com escolaridade mais avançada.

Ao lado disso, a universalização do acesso ao ensino fundamental e as políticas de incentivo a permanência dos alunos na escola tem contribuído para análises individualizantes da evasão escolar. Nesse sentido as contribuições da sociologia da educação, especialmente da obra de Bourdieu são importantes na medida em que desvendam o que está por detrás da tão propagada falta de interesse entre os jovens. Através dessas contribuições é possível compreender também o lugar que a escola pública ocupa no imaginário daqueles que demandam seus serviços.

4.1- A centralidade da educação em questão

Há muitos anos o discurso da centralidade da educação é posta no cenário brasileiro, como se a educação sozinha pudesse resolver todos os problemas sociais que país enfrenta. No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento que demarcou a luta pelo ensino público no país e conformou o campo educacional em muitos aspectos, é possível encontrar a defesa dessa idéia em diversos trechos do documento, como nos citados abaixo:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. [...] (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

[...] de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação [...] (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

É certo que a intenção dos intelectuais que assinaram o documento foi a de dá ênfase a necessidade da oferta de uma educação pública e gratuita para todos, com responsabilidade do estado na promoção dessa educação, que naquele momento servia apenas a elite. Porém tal discurso é amplamente difundido na atualidade, mas com ênfase na responsabilidade individual dos indivíduos, e muitas vezes contribuem para naturalização das desigualdades e por culpabilizar os indivíduos pelas posições que ocupam na hierarquia social. A pesquisa divulgada pela FGV, por exemplo, inicia o texto com a seguinte afirmação:

É preciso que se informe a população sobre a importância da educação. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com o apoio e ação dos estudantes e seus pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, vão assegurar o sucesso da política pública (NERI, 2009, p.4).

Com tal declaração o pesquisador coloca em evidência o encargo e o papel da família para a efetividade das políticas de educação. Nessa mesma direção Verhine (2006) introduz o relatório final da pesquisa “Bahia: por uma escola pública de qualidade”, aonde destacou:

A centralidade da educação na vida moderna está amplamente reconhecida. Nesse horizonte, Brasil e Bahia têm dado prioridade às políticas educacionais, com total apoio da sociedade, demonstrando a “internalização

do discurso que identifica a educação como principal mecanismo de mobilidade social e como única porta de esperança para inserção no mercado de trabalho” (GOMES; MOTTER, 2001. p. 207 apud VERHINE p. 8).

Apesar do referido “reconhecimento da centralidade da educação na vida moderna”, muitos jovens têm se questionado sobre o significado dos estudos. “Antigamente podíamos dizer ao jovem: ‘estude para ser alguém na vida’, mas hoje em dia ele convive com vários familiares e amigos que concluíram seus estudos e não conseguem arranjar emprego. O que dizer agora?” Questionou uma professora do ensino fundamental ao Professor Miguel Arroio, que narrou o acontecido numa palestra proferida na FACED em 2008 admitindo que não teve resposta para a pergunta da educadora.

Rummert (2005) constatou através de indicadores do IBGE que a educação não assegura, por si, o acesso ao emprego, uma vez que em 2005 a taxa de desocupação da População Economicamente Ativa (PEA) apontava que os que estavam desocupados: 6% eram sem instrução ou tinham até três anos de estudo; 9,7% apresentavam índice de escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo e 11,3% foram os que declararam ter 8 ou mais anos de estudo. “Como vemos, a desocupação não se reduz para os que apresentam maior escolaridade, ao contrário do insistentemente anunciado”, ressaltou a autora.

Para Abramowicz et al. (2009, p.118) “a idéia de que a escola produz ascensão social, que contribui e, de certa forma, corrige as desigualdades sociais tem cada vez mais dificuldades de se efetivar.” O que fica cada vez mais evidente é que a escola acentua as desigualdades na medida em que valoriza uns e deprecia ou trata com indiferença outros. Segundo as autoras “os jovens perceberam isso e esse fato faz parte de um desencantamento generalizado que as pesquisas sobre a relação entre jovem e escola vêm mostrando”. As autoras ressaltam ainda que:

Além disso, os jovens não encontram trabalho e gradativamente não há trabalho da maneira como esse era entendido. É cada vez mais exíguo, sobretudo na forma em que conhecemos, e produzir trabalhadores na escola hoje significa várias coisas, entre elas, produzir competências para um trabalho que nunca virá e que deverá ser inventado por cada um. Cada um será o patrão e o escravo de si próprio, dessa forma inscreve-se no corpo o espírito de obrigação, que faz com que trabalheamos todo o tempo. (ABRAMOWICZ et al. 2009, p.120)

Nessas circunstâncias o empreendedorismo, ou o “espírito empreendedor” apregoado é incorporado pelos indivíduos e a busca de “algo para fazer e ganhar dinheiro” não necessariamente depende de escolaridade, o que também colabora para perda de legitimidade da instituição escolar.

Os posicionamentos levantados colocam a centralidade da educação em questão e principalmente a eficácia da escola pública. Com todas as críticas que se possa fazer a essa escola, cuja clientela advém da classe popular, é preciso considerar que ela ainda é uma das instituições mais importantes para formação dessa camada da população e têm servido para melhoria das condições de vida de uma fração desse povo. Arroyo (2003) reconhece que, “sem dúvidas, vários elementos do povo tiraram proveito dessa escola para uma melhor sobrevivência e competência no trabalho”, mas pondera afirmando que:

É pouco esperar que cada trabalhador “explore as contradições” da escola e tire seu proveito individual e até coletivo. A escola é um projeto de classe e não de uma burguesia esclarecida, de um dirigente benevolente ou de um educador comprometido. Um projeto de classe só pode ser enfrentado por *outro* projeto *da* e *para* classe antagônica, visando à apropriação e a redefinição desse projeto a serviço de interesse de classe, e não a serviço da melhor sorte e da ascensão de alguns indivíduos. (ARROYO, 2003. p.19)

Desse modo, o autor ressalta que não se trata de uma questão que possa ser resolvida no plano individual, não resolve concluir que aqueles que “fracassam” foi por desinteresse ou coisa parecida, é preciso reconhecer que vivemos numa sociedade desigual e isso sim, produz um sistema dual de educação: a escola pública para formar os dirigidos e a particular para formar os dirigentes.

É compreensível o desencantamento ou “desinteresse” dos jovens, em especial dos jovens pobres, pelo ensino, uma vez que para eles a escola não está cumprindo com a finalidade que se esperava que ela cumprisse. Nesse sentido, Marun (2008) ressalta que “para esses jovens a perspectiva de futuro aparece como nebulosa e incerta”. E questiona: “como eles se situam frente a uma instituição que de um lado parece pouco significar e, de outro, é exigida como meio para inserção social mais satisfatória?” (p.51)

É certo que atualmente as dificuldades encontradas por esses jovens no mercado de trabalho explicam, em parte, a “falta de interesse” pela escola. Mas, se a evasão é uma

questão antiga, como se explicava a existência do fenômeno quando a formação na escola primária ou secundária fazia diferença na hora de arrumar um emprego? Em épocas passadas as análises auto-culpabilizadoras eram igualmente frequentes, mas as contribuições vindas da Sociologia da Educação a partir da década de 1970 ajudaram a compreender a relação da criança, do jovem e da família pobre com a escola.

4.2 - As contribuições da Sociologia da Educação

O conhecimento das contribuições da Sociologia da Educação é indispensável para se compreender o funcionamento da escola numa sociedade de classe e como ela opera a “expulsão” dos jovens do sistema de ensino. Nessa área da Sociologia, Bourdieu foi o autor que mais colaborou para a reflexão sobre a escola. No entanto, considerando que o mesmo se inspirou em Marx, Weber e Durkheim, pilares dessa ciência, para elaborar suas teses e, sob sua influência outros autores vêm dando contribuição importante nesse campo se torna mais conveniente atribuir os aportes teóricos ao campo da Sociologia da Educação.

Nogueira (1991) se baseia em De Queiróz (1981) para afirmar que a contradição que caracteriza a relação da classe popular com a educação muitas vezes desconcerta o pesquisador e o obriga a reconhecer nos meios populares a existência de uma verdadeira desorientação escolar. Para esse grupo a escola é entendida como: espaço da socialização e da integração das novas gerações; via de acesso aos saberes mínimos imprescindível aos modos de vida social e político; meio necessário para obter o diploma e escapar das condições mais precárias de existência. Por isso há uma aceitação pelas famílias das classes populares do veredicto escolar e aprovação dos sucessivos prolongamentos na duração da escolaridade. (pp.90-91)

Porém, ao mesmo tempo, reações negativas frente ao universo escolar vêm contestar a positividade atribuída a esse espaço. A autora coloca que de um lado as famílias reclamam do afrouxamento das relações hierárquicas dentro do estabelecimento e lamentam à permissividade excessiva das práticas pedagógicas atuais que deixam nos jovens a ilusão da ausência de leis e,

De outro lado, a clara consciência de que as oportunidades de sucesso na escola não se distribuem de modo homogêneo para todos, e de que

determinadas formas de avaliação sancionam antes certas habilidades (lingüísticas e outras) herdadas diretamente do meio de origem, do que o domínio de conhecimentos supostamente adquiridos na escola. (NOGUEIRA, 1991, p.92)

Além disso, diferenças importantes nessa relação podem ser apontadas dentro da classe popular, como por exemplo, a profissão, a quantidade de filhos, a origem urbana ou rural, deslocamento no espaço geográfico, contatos com membros das classes médias, e outros. (NOGUEIRA, 1991. pp. 93-94)

No bojo das contribuições da sociologia da educação as análises realizadas sobre o sistema de ensino francês, pelo sociólogo Pierre Bourdieu tem importância singular. O autor levantou um conjunto de reflexões sobre a produção do sucesso e do fracasso escolar e desenvolveu um conjunto de conceitos para explicar tais fenômenos.

Com a noção de *capital cultural* explica os benefícios específicos que as crianças de diferentes extrações sociais podem obter no mercado escolar, fugindo das visões que atribuem êxito e fracasso a “aptidões naturais”. (CATANI, 2008, p.19) Ao ingressar na escola, as crianças das classes populares não possuem o capital cultural que a instituição escolar exige, daí já começa grande parte dos conflitos com a escola, que contribuem, mais tarde, para a evasão. Pois, ao deparar-se com essa cultura escolar, tão diferente da sua, muitas vezes o jovem vê-se como estrangeiro e busca de diferentes maneiras (muitas vezes sem perceber) acelerar sua saída da escola que atinge acintosamente os estudantes pobres. (CAIERÃO, 2008 p.187)

Já com conceito de *habitus* Bourdieu procurou demonstrar de que forma o indivíduo adquire aptidões sociais que varia através do tempo, do lugar e, sobretudo através de disposições de poder e, é transferível para vários domínios de prática. (WACQUANT, 2007, p.9) Dessa forma, o *habitus* definido como,

“sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas” adquiridos numa prática posterior. (BOUDIEU, 1972, p. 71, Apud, WACQUANT, 2007, p.9)

Contribui para explicar as ações dos indivíduos, mas não como sendo determinadas pelo mundo exterior ou como consequências de movimentos de interioridades independentes (livres). Mas constituídas de modos de incorporação que obedece às especificidades do lugar e da disposição de classe dos agentes. (CATANI, 2008, p.19). Considerando o seu caráter “durável” e “transponível” o habitus explica tanto a existência de alunos considerados “fracassados” como daqueles que obtiveram sucesso no seu percurso acadêmico no interior da classe popular. Além desses, outros conceitos como, *ação pedagógica*, *arbitrário cultural* e *violência simbólica*, são importantes para reflexão sobre o fracasso escolar.

No texto “Os Excluídos do Interior” Bourdieu e Champagne (2008) desmascararam a “democratização” do ensino secundário francês. Os autores mostraram que os alunos das classes populares estavam no interior da escola, porém excluídos. Tal situação, em muito se assemelha com a atual realidade brasileira, pois naquele país, até o final da década de 1950 não existia oferta de ensino secundário para todos e a seleção para ingressar no ensino secundário deixava os alunos oriundos das classes populares de fora, porém segundo os autores:

[...] a seleção com base social que se operava, assim, era amplamente aceita pelas crianças vítimas de tal seleção e pelas famílias, uma vez que ela parecia apoiar-se exclusivamente nos dons e méritos dos eleitos, e uma vez que a Escola rejeitava ficavam convencidos (especialmente pela Escola) de que eram eles que não queriam a Escola (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2008, p.219).

Ainda de acordo com os autores as conjunturas políticas e sociais da época determinaram a abertura do sistema de ensino secundário às classes populares, mas aos poucos os novos beneficiários chegavam à conclusão de que não bastava ter acesso ao ensino para ter êxito nele, e que o diploma desse nível não era suficiente para alcançar posições mais elevadas. Bourdieu e Champagne (2008) apontam como o processo de exclusão se interiorizou dentro das escolas francesas:

Seria necessário mostrar aqui, evitando encorajar a ilusão finalista (...) como o estado completamente diferente do sistema escolar foi instaurado com a chegada de novas clientelas, a estrutura da distribuição diferencial dos benefícios escolares e dos benefícios sociais correlativos foi mantida, no essencial, mediante uma translação global das distâncias. Todavia, com uma diferença fundamental: o processo de eliminação foi diferido e estendido no tempo e, por conseguinte, como que diluído na duração, a instituição é habitada permanente, por excluídos potenciais que introduzem nela as

contradições e os conflitos associados a uma escolaridade cujo único objetivo é ela mesma (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2008,p.221).

Nesses aspectos, observa-se a semelhança do processo de democratização educacional da França com o do Brasil. Com a “quase” universalização do ensino fundamental o problema do fracasso “desloca-se do não-acesso (praticamente eliminado pela expansão de vagas) e da reprovação/repetência (minimizado pela adoção do sistema de ciclos e de progressão continuada) para a permanência desqualificada de grande parte de alunos, que passa a permanecer na escola, com acesso a séries mais avançadas, mas sem correspondente aprendizagem” (MARUN, 2008, p.27).

Além disso, tal situação contribui para as grandes taxas de evasão no ensino médio e para falta de perspectivas em relação ao futuro, acrescidas das dificuldades de uma sociedade que a cada dia dispensa mais mão-de-obra. E que produz na juventude brasileira a tão falada “falta de interesse pela escola”. Bourdieu e Champagne ressaltam que na sociedade francesa a escola também tendia a perder o sentido para aqueles excluídos:

A instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida que se avança em sua direção (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2008,p. 221).

Gradativamente as famílias da classe popular foram percebendo que quanto mais as novas gerações avançavam em escolaridade, a mesma não era suficiente, e as credenciais recebidas com a conclusão de determinado nível de ensino não garantiam necessariamente melhores oportunidades de trabalho. Sposito (2008) afirma que a escola já não se configura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, especialmente se considerarmos o ingresso no mercado formal de ocupações e as posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que tem acesso tardio aos degraus mais elevados do sistema de ensino.

No estudo Bourdieu e Champagne (2008) perceberam que várias atitudes desses jovens na escola: falta de zelo com o fardamento, desrespeito aos professores, falta de atenção nas aulas, falta de compromisso com as atividades e avaliações, o que na visão dos

profissionais da escola representavam a falta de interesse dos alunos pelo ensino, a rigor não passava de uma forma de recusa à escola da forma como ela estava posta.

Durante anos, as teorias elaboradas por Bourdieu foi rechaçada por alguns estudiosos, por considerarem que a mesma não enxergava outra possibilidade para a escola, a não ser a reprodução das desigualdades existentes. Entretanto para o próprio Bourdieu a função da Sociologia é justamente compreender o mundo social, ou melhor, os diferentes espaços sociais e desvendar os mecanismos de poder e a produção de agentes que buscam reproduzir/transformar esses espaços sociais (MARTINS, 1990, p. 70).

Nesse sentido, as contribuições da Sociologia da Educação são indispensáveis para desvendar a função reprodutora da escola, apontar os reais determinantes do fracasso/ evasão na escola pública e subsidiar a luta para o enfrentamento de tais questões.

4.3 – O significado da escola para os jovens

A relação que o jovem estabelece com a escola foi descrita por Caierão (2008) como uma relação de amor e ódio. Ao mesmo tempo em que a instituição escolar é vista como local onde se aprende “coisas importantes; se conhece novas pessoas; se estabelece vínculos de amizade, etc. também é vista como um lugar onde se ensina “conteúdos sem sentido e fora da realidade” e onde são tratados com “indiferença e arrogância”. Essa contradição evidenciada na relação entre jovem e escola foi apontada em diversas pesquisas que buscaram compreender o significado da escola para a juventude a partir dos próprios jovens, a esse respeito podemos citar: Borghi (2009), Caierão, (2008), Marun (2008), Túbero (2008) Abramovay (2005) e Abramovay e Castro (2003).

Para os alunos que já abandonaram alguma vez os estudos em sua trajetória escolar a volta a escola significa a oportunidade de “ser alguém na vida”. A pesquisa que ouviu jovens de 13 capitais brasileiras revelou que os motivos mais citados pelos estudantes que abandonaram a escola se referem a um anseio de alcançar melhores condições socioeconômicas, os alunos se mostraram interessados na mobilidade social relacionada aos

estudos e por isso retornam a escola pensando em “um futuro melhor” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003, p. 539).

Nesse estudo, ao falarem da experiência do abandono escolar os estudantes demonstraram certo arrependimento por terem interrompido os estudos e avaliam que voltar a estudar foi a melhor atitude a tomar, e relataram suas expectativas com o retorno, como demonstra esse depoimento :

Eu, parado, sem o ensino médio, eu não sou ninguém. Para poder ingressar numa faculdade e fazer uma disciplina para o seu futuro, você tem que terminar o 2º grau. (...) Eu parei de estudar há três anos e retornei depois de três anos porque, se eu parar de estudar, bom emprego eu não vou achar. E eu conseguindo concluir o meu segundo grau, eu consigo. (Depoimentos de alunos do Ensino Médio, citados por, ABRAMOVAY e CASTRO, 2003, p. 539).

Ainda que prevaleça a ideia de que estudar é necessário para garantir um futuro melhor. Os jovens também veem a escola como um bom lugar para se fazer amigos e integrantes da sociabilidade que caracteriza a condição juvenil, sendo assim a escola se constitui também de experiências positivas, e até divertidas, como se referiram os jovens na pesquisa realizada por Caierão (2008):

A vida escolar não é um mar de rosas, mas é o meu espaço de encontro diário com os amigos além de aprender. (...) Pelo menos aqui eu não preciso trabalhar.(...) Eu adoro vir a escola. É divertido prá caramba. Ainda mais agora que a gente pegou amizade com os professores. Tem vezes que a gente desdobra eles e consegue transferir uma prova. Mas não é malandragem, é parceria, mesmo (Depoimentos de alunos do Ensino Médio, citados por, CAIERÃO, 2008, pp.197-199).

Segundo a autora tais depoimentos “levam-nos a relativizar certas afirmações nas quais os estudantes são visto como vítimas, ignorando-se dimensões positivas e até prazerosas da vida estudantil”. A escola vista como lugar do “não-trabalho” significa que para o jovem o tempo de permanência na escola é a oportunidade de vivenciar experiências diferentes daquelas que em geral são oferecidas a eles.

É possível encontrar também nos estudos que levantaram o significado da escola sob a ótica da juventude críticas a estrutura das escolas, aos conteúdos ensinados, aos professores e

ao corpo técnico. Abramovay (2005) publicou um conjunto de cartas escritas por alunos que cursavam o ensino médio em diversos estados brasileiros. Nas referidas cartas, os alunos escreveram para seus colegas de outras escolas contando sobre vários aspectos da escola que frequentavam, para eles a falta de interesse dos alunos pelos estudos começa pela falta de interesse do professor, como apontou alguns alunos:

A escola é boa, só que falta um pouco de interesse em relação aos professores. Teve uma semana em que todos os dias faltaram um ou dois professores. Estas aulas não são repostas, a falta de interesse do aluno vem da falta de incentivo da escola (Aluno, escola pública, GO, citado por ABRAMOVAY 2005, p.101).

[...] tem dia que eu venho até “isso aqui” para assistir apenas a uma aula, porque todos (professores) resolveram pegar licença juntos. Mas você acha que eu volto para casa? Não, eu fico é pras ruas, não tenho nada mesmo o que fazer. Mas você acha que eu gosto disso? Eu odeio! Acho isso uma vergonha, querem mais “massa de manobra” é isso? Na verdade querem um povo incapacitado. E o que nos ensinam? Como nos ensinam? E certas coisas pra quê nos ensinam? Para que não possamos incomodar ninguém que acha que é melhor do que os outros que se encontram nessa nação miserável e desgraçada que infelizmente se tornou o Brasil (Aluno, escola pública, PR, citado por ABRAMOVAY 2005, p.77).

As reclamações sobre o absenteísmo do professorado nas escolas foi reiterado nas cartas e nos demais depoimentos de alunos recolhidos pelas pesquisas. Para os alunos a falta de aulas acaba rebatendo na qualidade do ensino, o que provoca revolta e indignação em muitos alunos, que arriscam uma crítica maior a política de ensino brasileiro e as possíveis intenções da mesma como trouxe um aluno paranaense, que concluiu dessa forma a sua análise:

Depois reclamam que o jovem não quer aprender, mas isso é lógico, quem é que quer aprender com professores despreparados? Mas isso já vem do nome do ensino (Ensino Médio) é tudo pela metade, nossa média é 50 (metade de 100). O que nos ensinam aqui é a metade do que nos ensinam nos colégios pagos, assim eles querem homens e mulheres pela metade também, um povo dividido, apenas a ignorância querem que seja integral. Sou a favor de uma 3ª guerra que detone com tudo, não tenho nada além da minha revolta, não sou nem cidadão. Quero que esse ensino pela metade se exploda. Isso não é só (Aluno, escola pública, PR, citado por ABRAMOVAY 2005).

A revolta do jovem demonstra o nível de consciência que muitos têm a respeito do precário processo de escolarização que estão submetidos. Em várias cartas os jovens se reportaram a falta de preparo para passar no vestibular e ingressar no mercado de trabalho. “Só me resta agora pegar meu diploma de 2º grau e entrar na fila do emprego para os despreparados para o mercado de trabalho” desabafou outro aluno. Com relação aos coordenadores e diretores houve reclamações sobre a rigidez e autoritarismo imposto por eles.

Apesar do reconhecimento das causas que os afastam da escola, o sentimento de culpa é frequente nos discursos dos jovens evadidos. Eles tendem a crer da mesma forma que suas famílias, que “fracassaram” por falta de perseverança, de interesse ou até mesmo de inteligência. É comum entre a fração juvenil se ouvi frases do tipo: “Não tenho cabeça para os estudos”; “Não consigo aprender isso”; “Não gosto de estudar”. Essas frases refletem a incorporação do discurso que culpabilizam os jovens pelo seu fracasso.

Mesmo com os altos índices de evasão entre os jovens na atualidade, foi possível verificar que a escola ocupa um lugar importante no imaginário dos jovens que se encontram ou já se encontraram fora do ambiente escolar, por isso Caierão (2008) ressalta a necessidade da mudança nos discursos que apontam o desinteresse como principal causa do fracasso ao afirmar que:

(...) dizer que os jovens de setores populares têm pouco interesse pela escolarização não mais serve como argumento para o esvaziamento da escola pública de ensino médio. O interesse e a consciência da necessidade da mesma é evidente entre os estudantes que enfrentam não só a os fatores socioeconômicos, mas os internos da escola, os quais corroem seus projetos e aniquilam seus sonhos(CAIERÃO, 2008, P.196).

Nesse sentido, faz-se necessário um olhar diferente sobre o fenômeno da evasão nos dias atuais. A compreensão de suas causas requer o reconhecimento da complexidade do “ser jovem” hoje, quando a transição para os papéis de adulto ficam cada dia mais difíceis, principalmente pela falta de emprego; a recuperação das contribuições dadas pela Sociologia da Educação e a análise das condições da escola pública, em termos de infra-estrutura e trabalho docente.

Na Bahia, a evasão escolar, chamou a atenção do governo, que através de algumas medidas procurou equacionar o problema, porém questionou-se a efetividade de tais medidas: visaram elas resolver apenas o aspecto econômico da questão? Pela atualidade do tema não se achou trabalhos que discutam a questão, por isso foram recuperados os debates e entrevistas registrados por jornais impresso e eletrônico da Bahia na ocasião, os quais subsidiaram a discussão levantada no próximo capítulo.

5- Enturmação: solução econômica?

Com o objetivo de solucionar o problema da evasão escolar a Secretaria da Educação do Estado colocou em execução o Processo de Enturmação nas escolas da capital e do interior do estado. A medida já estava prevista na Portaria 13.574/08, republicada pelo diário oficial de 11 de janeiro de 2009, mas provocou surpresa ao ser implementada pela SEC em agosto do mesmo ano. Houve manifestações, paralisações e ameaça de greves por parte dos professores, que acusavam a SEC de encarar o problema da evasão apenas do ponto de vista econômico e sem considerar os danos que a medida poderia causar aos alunos. Entretanto as opiniões dos alunos, de profissionais da área e da sociedade foram divergentes entre apoiar ou não a medida. (TORREÃO, 2009)

Enturmação é o agrupamento de turmas da mesma unidade escolar, série e turno, com número reduzido de alunos, sem prejuízo do ano letivo nem do projeto pedagógico. A aglutinação das turmas foi executada pelo governo no Rio Grande do Sul em 2007 e também gerou muitas manifestações na ocasião. Naquele estado a medida pretendia fechar 2,6 mil turmas do ensino fundamental, ensino médio e da educação de jovens e adultos em todo o Estado para disponibilizar professores às instituições que necessitavam de educadores, tanto em sala quanto nas bibliotecas e projetos pedagógicos conjuntos. (POSSA, 2007).

Segundo o jornal eletrônico Diário Popular o processo causou descontentamento em nível estadual, as manifestações ganharam força com a presença do sindicato dos professores e mobilizaram estudantes que chegaram até a invadir uma coordenadoria de educação do estado. (POSSA, 2007).

Na Bahia a medida foi implantada pela primeira vez em 2007, mas apenas no Colégio Central, em Salvador. Jorge Nunes, um dos diretores da instituição, em entrevista a Agência Baiana de Notícias afirmou que aprova a iniciativa e diz que o colégio que dirige tinha 45 turmas sem docentes e depois do agrupamento nenhuma turma ficou sem professor. Ao ser questionado sobre as possíveis dificuldades que o aluno enfrenta ao mudar de classe após o início do ano letivo, o diretor defende: “Algumas turmas têm aspecto diferente, mas se o programa é obedecido, não há tantos problemas”. Nunes ressaltou ainda que é preferível que haja esta diferença do que admitir um grau de evasão escolar tão grande.(PACHECO, 2009)

Em 2009 a reorganização de turmas foi estendida para todo estado e naquela ocasião o site de comunicação oficial do Governo do Estado divulgou:

O processo de enturmação está ocorrendo em apenas 28% do total das escolas da rede pública estadual: exatamente em 465 das 1640 unidades escolares distribuídas em todas as Diretorias Regionais de Educação (Direc) onde há constatação de salas de aulas da mesma série e turno funcionando com poucos alunos. No interior, a enturmação está sendo finalizada em 292 escolas. Em Salvador, das 147 unidades previstas, 101 escolas finalizaram o processo. A estratégia adotada pela SEC visa a proporcionar maior integração no ambiente de aprendizado, garantir professores em todas as salas de aula e, ao mesmo tempo, assegurar a gestão dos recursos públicos com responsabilidade (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 15/09/2009).

Ainda nesse informativo Eni Bastos, superintendente de Acompanhamento e Avaliação da Rede Escolar da Secretaria Estadual da Educação declara que “do ponto de vista pedagógico, a Enturmação trouxe vantagem, pois o processo de aprendizagem se completa no espaço social de convivência e interação com o grupo”. Entretanto os professores apontaram uma série de críticas à medida, alegando que o processo poderia interromper a aprendizagem dos alunos e causar o rompimento de vínculos afetivos e cognitivos. Além de provocar o desemprego dos professores admitidos pelo Regime Especial em Direito Administrativo (REDA), (TORREÃO, 2009).

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB) tentou pressionar o governo, inclusive entrando com um pedido de mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça da Bahia. A categoria acusava a secretaria de desrespeito ao período estipulado pela portaria 13.574/08 que previa que o agrupamento fosse realizado na segunda unidade e não na terceira como estava acontecendo.

A secretaria, através de seus assessores, rebateu as críticas e responderam as acusações argumentando que o Processo já dava sinais positivos, pois várias turmas, antes sem professores, já estavam tendo aula normalmente. E quanto ao período de implementação da medida o Superintendente de Recursos Humanos da SEC afirmou que a medida na segunda unidade era responsabilidade da escola, mas como não foi feito a secretaria o fez. E afirmou ainda que os diretores poderiam até responder por improbidade administrativa, por se omitirem diante de salas vazias (BRITO, 2009b).

Na ocasião os jornais impresso e eletrônico de Salvador divulgaram opiniões de diretores, professores, alunos e pessoas da sociedade civil sobre a questão. Segundo uma pedagoga entrevistada pelo Jornal A Tarde “A enturmação vai de encontro à garantia do ritmo do aluno, como garantir que os conteúdos sejam assegurados e não haja prejuízo na aprendizagem?” observou. Já outra afirmava que a socialização ficaria ameaçada com um número muito baixo de alunos por sala (TORREÃO, 2009).

Entre os alunos as opiniões divergiam, alguns se manifestaram contra, como uma aluna do 1ª ano do ensino médio revelou ao jornal: “Muitas salas aqui não se identifica com as outras e vão tirar os professores que já estamos acostumados” Já outros foram a favor da reorganização das turmas, pois segundo um deles “numa turma com dois alunos o professor não dá aula, vai para conversar” (BRITO, 2009c). Segundo a reportagem o representante da Associação de Grêmios e Estudantes de Salvador (Ages) teria declarado que:

Eles (os professores) estão insuflando os estudantes. E deveriam dizer a verdade, que o processo de enturmação só prejudica a eles mesmos. A enturmação em si não prejudica os estudantes. O debate deve ser: por que o aluno está saindo da rede pública?

A questão levantada pelo representante da categoria estudantil é pertinente, pois de acordo com Tubéro (2008, p. 9) não é hábito das escolas debaterem o que leva alunos e alunas a desistirem do ensino, pois “não consta do planejamento, no início de cada ano letivo, nem do replanejamento, após as férias de julho, questões que envolvam a evasão escolar”. Santos (2008) concorda sobre a existência do silêncio na escola sobre os motivos do fracasso/evasão e ressalta:

Há uma busca pela ordem na escola, o aluno bom é aquele “bem comportado” e que assimila bem os conteúdos. No entanto a realidade de cada um deles é ignorada pelos gestores e boa parte dos professores. O que acontece nas salas de aula não é questionado, enquanto uns avançam outros permanecem estagnados, excluídos dentro da escola. Mas a escola não discute isto, parece que pouco se importam com a trajetória e destino de uma maioria deixada à própria sorte. “*Não aprendem porque são desinteressados e pronto*”! (SANTOS, 2008, p.92).

Nesse sentido, o Processo de Enturmação de certa forma contribuiu para quebrar o silêncio da escola a esse respeito e colocar na agenda política a discussão sobre a evasão. Apesar de não ter apresentado estratégias para evitar que as taxas de abandono entre os jovens continuem a crescer. Pode-se afirmar que o Processo de Enturmação foi uma medida de caráter emergencial e necessária do ponto de vista econômico, pois salas de aulas vazias representam desperdícios de recursos humanos e financeiros e geram ineficiência no sistema educacional.

Outra medida tomada pela SEC em decorrência da evasão foi o fechamento de algumas escolas estaduais⁷ no início do ano letivo de 2010. Segundo a SEC o que aconteceu na maioria dessas escolas foi uma diminuição do número de alunos já na matrícula, e com o andamento do ano letivo a tendência era aumentar o vazio com a ocorrência do abandono, como vinha acontecendo nos últimos anos. O que gerava um grande desperdício de capital físico e capital humano, uma vez que os espaços não estavam sendo plenamente utilizados. (ANJOS, 2010)

Apesar das escolas fechadas por determinação da SEC se encontrassem praticamente vazias de alunos, a notícia do fechamento deixou a população inconformada. “Como alguém pode ter a coragem de fazer uma coisa dessas?” questionava as pessoas entrevistadas pelos jornais. “Isso é um crime” acusavam outras. Tal situação revelou a relação contraditória que segundo Nogueira (1991) as classes populares urbanas mantêm com o sistema escolar,

Os resultados a que têm chegado as pesquisas sobre o tema [...] tendem a mostrar que essa categoria social experimenta uma verdadeira ambiguidade face a instituição escolar. Ao mesmo tempo em que expressa sentimentos e atitudes de rejeição e de distanciamento em relação a ela [...] não abdica de seu direito à instrução, aceita-a como fonte legítima da aquisição do

⁷ Cinco escolas em Salvador fecharam as portas por determinação da SEC: Divino Mestre e Marquês de Abrantes (Santo Antônio Além do Carmo), Marco Antônio Veronese (Cabula), o prédio para ensino fundamental do Luís Viana, conhecido como “Vianinha” (Brotas) e a escola de educação especial Erwin Morgenroth (Ondina).

conhecimento e nela deposita suas expectativas de promoção social (NOGUEIRA, 1991. p.90).

Segundo a SEC a decisão tomada não implicaria em falta de vagas, pois as instituições adjacentes atenderiam a demanda da comunidade, no entanto a importância que a instituição escolar ocupa no imaginário dessas pessoas contribuiu para as manifestações de repúdio a decisão governamental, acrescidas pela pressão realizada pelos grupos políticos que faziam oposição ao governo e tentavam tirar proveito da situação.

Pode-se observar que tanto o Processo de Enturmação, como o fechamento de escolas se constituíram em medidas de reordenamento no sistema educacional baiano com vista a redução de gastos. Várias críticas podem ser feitas a essa estratégia de gestão, entretanto é preciso considerar que a manutenção de escolas com poucos alunos causa grandes prejuízos a própria população que demanda os serviços públicos. Porém a luta pela permanência dos jovens no sistema de ensino requer soluções para além da econômica.

Reitera-se assim a afirmação de Arroyo e Abramowicz (2009), “o que se espera do Estado é que assuma a responsabilidade política pelas vítimas que o sistema público produz”. (p.9) Tal responsabilidade implica em buscar estratégias para reaver os que saíram e evitar que outros jovens deixem os bancos escolares. Compreender os motivos que fazem os jovens saírem do sistema talvez seja o caminho mais adequado para investir contra o aumento da evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão é um fenômeno de extrema complexidade. A discussão sobre esse tema precisa considerar desde a análise do sistema social e político vigente e das desigualdades produzidas nele, até as práticas pedagógicas produzidas no interior da escola que contribuem para saída de milhares de jovens do sistema de ensino. Nesse sentido falar em evasão escolar implica falar em: luta de classe, desigualdade social, escola pública, fracasso escolar, desempenho escolar, qualidade da educação e tantas outras questões que envolvem a temática.

Diante disso, ao finalizar esse trabalho, a sensação que se tem é a de ter deixado muitas lacunas ao discorrer sobre o tema. De fato, há muitos trabalhos relevantes não citados

e aspectos não tratados sobre fracasso/evasão. Por isso tem-se a clareza que algumas questões foram respondidas e por outro lado muitas outras surgiram a partir da discussão levantada. Mas, como se trata do resultado de uma primeira aproximação com um tema dessa complexidade, espera-se a oportunidade de continuar os estudos e colaborar para aprofundar o conhecimento dos motivos e consequências da evasão na atualidade, especialmente na Bahia.

O fracasso escolar entre as classes populares é um problema crônico no Brasil e na Bahia. Entretanto em cada época o fenômeno se apresenta com aspectos diferentes como demonstrou os diversos autores que se debruçaram sobre a questão. Em primeiro lugar a questão do não acesso se constituía no maior problema educacional do país, posteriormente a reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente no primeiro ano foi o grande entrave que contribuía para a ocorrência da evasão entre a população pobre nos primeiros anos de escolarização.

Nos dias atuais, informações oficiais dão conta de que o sistema educacional não tem mais problema de falta de oferta. A maioria dos alunos permanece na escola pelo menos até as séries finais do ensino fundamental, mesmo com altos índices de distorção série-idade, no entanto, a evasão nas séries finais desse nível e principalmente no ensino médio evidencia a prevalência do fracasso na escola pública. Além disso, a má qualidade do ensino oferecido é apontada como principal fator para a persistência do fenômeno ao longo dos anos.

Nesse trabalho ficou evidenciado que o fracasso decorre de um conjunto de acontecimentos ocorridos dentro e fora do ambiente escolar. Entretanto autoridades, estudiosos e profissionais da educação insistem em responsabilizarem os próprios jovens e seus pais pela evasão, por isso tem sido comum a tentativa de transformar a evasão em “caso de polícia”. Exemplo disso foi a recentemente a determinação do Juiz da Vara da Infância e da Juventude do município de Fernandópolis, interior de São Paulo.

O juiz, acionado pelo Conselho Tutelar da cidade determinou que a mãe de uma adolescente de 14 anos deixasse seu serviço de empregada doméstica para assistir as aulas com sua filha, pois a mesma estaria com grande quantidade de faltas. Outro exemplo da tentativa de “criminalizar” os evadidos e/ou seus pais foi a determinação do “toque escolar”

em alguns municípios baianos (Santo Estevão, Antônio Cardoso e Ipecaetá) que permite policiais e conselheiros tutelares a abordarem jovens fora da escola (NOGUEIRA, 2010). Diante disso surge uma questão: seria esse o caminho para solucionar o problema da evasão?

A culpa pela condição de evadido é de tal forma incorporado pelo jovem que ao ser perguntado pelos motivos de sua saída da escola a resposta mais comum de ser ouvida é a “falta de interesse”. Porém essa resposta suscita outras questões, como por exemplo: Por que a falta de interesse? Talvez a resposta dessa última trouxesse a tona elementos mais consistentes para uma análise sobre a relação escola e juventude.

Considerar a falta de interesse como principal causa da evasão entre os jovens na atualidade nos faz levantar duas hipóteses: em primeiro lugar, é uma forma de esvaziar a discussão levantada na década de 1970, quando ficou comprovada que a escola faz seleção social e contribui para reproduzir as desigualdades existentes. E em segundo lugar é uma maneira de isentar os governos da responsabilidade para com esses jovens, pois se existe vagas nas escolas e “eles não querem” o problema deixa de ser governamental e passa a ser individual. Mais uma vez observa-se a tônica do sistema capitalista que produz os fracassados e os culpam pelo seu fracasso.

Ao discorrer sobre esse tema e constatar a insistência do fenômeno ao longo dos anos e a ineficácia das ações desenvolvidas para contê-lo surge uma questão: É possível uma realidade diferente para a escola pública? Diversas iniciativas vêm sendo construídas por alguns profissionais em sua prática cotidiana, que não devem ser esquecidas. Não há dúvidas de que é possível encontrar escolas públicas com baixo índice de evasão, assim como, professores, coordenadores e gestores comprometidos com a luta contra o fracasso escolar em suas práticas cotidianas.

Exemplos como esses servem para mostrar que é possível uma realidade diferente para a escola pública brasileira, porém concordo com Arroyo quando afirma que a luta por uma escola de qualidade não é um projeto de um dirigente benevolente ou de um educador comprometido. Nesse sentido, penso que essa conquista não poderá ocorrer sem lutas, ou seja, sem a pressão dos grupos populares, dos movimentos sociais e da sociedade em geral. Anísio

Teixeira defendia que a escola deveria se adequar ao aluno, e não o aluno a escola. Assim, a construção de uma realidade diferente para a escola pública exige que essa instituição respeite a individualidade de seus alunos, reconheça as diferenças existentes e volte também o olhar para além dos muros da escola.

O trabalho mostrou o grave problema da evasão entre os jovens baianos na atualidade, evidenciou a existência de salas de aulas vazias e escolas fechando por falta de alunos, fatos que colaboram para reafirmar o discurso da falta de interesse. Mas por outro lado o trabalho também mostrou através dos depoimentos extraídos de pesquisas a existência do interesse entre os jovens, da vontade de estudar para “ser alguém na vida” e do sonho de estudar numa escola pública que lhes dê condições de ingressar no ensino superior e/ou ter uma profissão.

O Processo de Enturmação e o fechamento de escolas, soluções encontradas pelo governo baiano para equacionar o problema da evasão desconsideraram esse outro lado, não houve tentativas para reaver os jovens que saíram do sistema. Quantos processos de enturmação ainda serão necessários? Quantas escolas fecharão suas portas por falta de alunos? E enquanto isso, quantos jovens ainda serão responsabilizados pelo seu “fracasso”? Questões como essas precisam ser debatidas.

Para Anísio Teixeira (1979) a educação é algo em permanente mudança, em permanente reconstrução e por isso exige sempre novas descrições, análises e tratamentos, penso ser essa a chave para se enfrentar os problemas atuais da educação brasileira. As causas da evasão entre os jovens na atualidade precisam de novas apreciações e aprofundamentos. Assim é importante “não perder de vista” o contexto em que os jovens estão inseridos e as mediações/relações que são estabelecidas no interior das escolas para que se compreendam os reais motivos e condicionantes que contribuem para a expulsão desses sujeitos da escola pública e os deixem “jogados à própria sorte”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. A menina repetente – Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. Quem são as crianças multirrepetentes? IN: Abramowicz e Moll. Para além do Fracasso Escolar. SP: Papirus, 1997.

_____. MOLL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar / (orgs.)**– Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. RODRIGUES, Tatiane, C. CRUZ, Ana Cristina J. Da. Fracasso escolar na sociedade de controle e “aprendi o que é ser preto sob o racismo da escola”. IN: Arroyo e Abramowicz. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Prós, 2009.

ABRAMOVAY, Miriam. Ensino médio: múltiplas vozes. Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (Orgs.) Brasília. UNESCO, MEC, 2003.

ANJOS, Juracy dos. Estado fecha cinco colégios em Salvador. **A Tarde Cidades**. 13 jan. 2010. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/imprimir.jsf?id=1337760>, acesso em 24/08/2010.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO: Bahia- 2008. Secretaria da Educação. Superintendência de Avaliação e Informações Educacionais. Salvador, 2010

ARAÚJO, Welton. Estado fecha cinco colégios em Salvador. **A Tarde Online**, Salvador, 13 Jan. 2010. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1337760>, acesso em 15/06/2010.

ARROYO, Miguel. Da escola carente à escola possível (Org.). São Paulo: Edições Loyola. 6ªed. 1991. (Coleção Educação Popular. Nº 8)

_____. A escola possível é possível? IN: Arroyo (Org.) São Paulo: Edições Loyola. 6ªed. 1991. (Coleção Educação Popular. Nº 8)

_____. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. IN: Abramowicz e Moll. Para além do Fracasso Escolar. SP: Papirus, 1997.

_____. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. IN: Arroyo e Abramowicz. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009.

_____. ABRAMOWICZ, Anete. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009.

ALMEIDA, Lenildes R. da Silva. Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A reprodução”. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): 139-155, jan./jun. 2005.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Reynaldo Bairão (Trad.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BORGHI, Idalina Souza Mascarenhas. Juventude na educação de jovens e adultos: novos sujeitos num velho cenário. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia. Maria Roseli Gomes Brito de Sá (Orientadora) Maria Ornélia Silveira Marques (Co-orientadora). 2009.

BRANDÃO, Zaia. Democratização do ensino: meta ou mito? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. Escola de tempo integral e cidadania escolar. Em Aberto. Vol. 21. Nº80. 2009. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1479/1215>, acesso em 21/11/2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

BRITO, George. Até o fim do ano, 375 mil alunos irão abandonar escolas estaduais da Bahia. **A Tarde Cidades**, Salvador, 4 Nov. 2009 <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1222637>, acesso em 02/12/2009. (2009a)

_____, Professores de Salvador não aceitam enturmação. **Jornal A Tarde**. Salvador: região metropolitana. A4. 4 set. 2009. (2009b)

_____, Alunos e professores em rota de choque. **Jornal A Tarde**. Salvador: região metropolitana. A4. 18 set. 2009. (2009c)

CAIERÃO, Iara Salete. Jovens e escola: trajetórias, sentidos e significados: um estudo em escolas públicas de ensino médio. Tese de Doutorado. UFRS. Orientador: Nilton Bueno Fischer. 2008

CASTRO, Marcelo. O. Brasil e Argentina: Estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre educação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Coordenação de Estudos. Texto para discussão 32. Brasília, jul. 2007 Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/comleg/textosdiscussao/no_vos_%20textos/texto32%20-%20marceloottoni..pdf, acesso em 30/10/2010.

CATANI, Denice B. A educação como ela é. IN: Bourdieu pensa a Educação. Revista Educação. nº 5. 2008.

CRUZ, Cláudia Cristina da. **Um olhar sobre os impactos do Programa Bolsa Escola na evasão escolar**. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ) Grupo de Trabalho: Educação e Sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. 4. ed. São Paulo: Cortez.

FERRARO, Alceu.R. Escolarização no Brasil na ótica da exclusão. IN: **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (O Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (orgs.) trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

G1: EUA lançam campanha contra evasão escolar e poderá fechar colégios. Da France Presse. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1510912-5602,00.html>, acesso em 26/03/2010.

GALDÓN, Carlos. Apresentação. IN: **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (O Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (orgs.) trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

GATTI, Bernardete. A. Políticas, ações educacionais e desempenho escolar. IN: Arroyo e Abramowicz. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009.

IRELAND. V. E. Repensando a escola: um estudo sobre os desafios de aprender, ler e escrever / coordenação de Vera Esther Ireland. – Brasília: UNESCO, MEC/INEP, 2007

KOVACS, Karen. O Informe da OCDE sobre o fracasso escolar. IN: **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (O Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (orgs.) trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

KLEIN, Ruben. **Como está a educação no Brasil? O que fazer?**. *Ensaio: aval.pol públ. Educ.*, Jun 2006, vol.14, no.51, p.139-171. ISSN 0104-4036

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Atlas, 1991

LUGLI. Rosário S. Genta. A construção social do indivíduo. IN: Bourdieu pensa a Educação. Revista Educação. nº 5. 2008.

MACHESI, Álvaro. PÉREZ, Eva Maria. A compreensão do Fracasso Escolar. IN: **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (O Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (orgs.) trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. História da Educação no Brasil. Período da segunda república. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>, acesso em 15/11/2010.

MARUN. Dulcinéia J. Evasão Escolar no Ensino Médio: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.

MARTINS. Carlos Benedito. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a Sociologia da Educação. Em Aberto. Brasília, ano 9. N. 46 Abr. jun. 1990.

MELLO, Guiomar Nano de; SILVA Rose Neubauer da. . O QUE PENSAR DA ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL? Em Aberto. Vol. 50 e 51. 1991. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/765/686>. Acesso em 24/11/2010.

NERI, Marcelo C. **O Tempo de permanência da escola e as motivações do Sem- Escola**. Coordenação: Marcelo Cortes Neri. - Rio de Janeiro. FGV/IBRE, CPS, 2009

NEY, M. G., SOUZA, P. M., PONCIANO, N.J. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. Revista Científica Internacional Inter Science Place. Ano 3 - N ° 13 Maio/Junho – 2010

NOGUEIRA, Fernanda. Cidade na Bahia adota toque de recolher para evitar evasão escolar. **G1**, São Paulo, 5 set. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/09/cidade-na-bahia-adota-toque-de-recolher-para-evitar-evasao-escolar.html>

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio Marques M. Um arbitrário cultural dominante. IN: Bourdieu pensa a Educação. Revista Educação. nº 5. 2008.

PACHECO, Clarissa. Secretaria de Educação promove reorganização de turmas. Agência Baiana de Notícias. Núcleo de Jornalismo Experimental da Faculdade Social da Bahia. 4/09/2009. Disponível em: <http://www.agenciabaiana.com.br/materia.asp?id=2562>, acesso em 26/09/2010.

PANORAMA DE EDUCAÇÃO. Education at a Glance 2010. OCDE Nota para o Brasil. Disponível em :[ftp1.cenpec.org.br/.../Educacao/.../education_at_glance-2010_nota_brasil](ftp1.cenpec.org.br/.../Educacao/.../education_at_glance-2010_nota_brasil.pdf) .pdf, acesso em 10/10/2010

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso na escola: histórias de submissão e rebeldia**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: T. A. Queiroz, reimpressão, 1996.

PICANÇO. Iracy Silva. Constituinte e escola básica: Acesso e Qualidade. IN: Em Aberto. Brasília, ano 5, nº30. Abr./jun. 1986.

PONCE. Aníbal. Educação e luta de classe. José Serevo de Camargo Pereira – São Paulo: Cortez. 21ª ed. 2005.

POSSA, André. D. Cidade: Milhares contrários a Enturmação. **Diário Popular Via Internet**. 10/08/2007. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/10_08_07/p0301.html, acesso em 25/08/2010.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados em Avaliação Educacional*, São Paulo, jul./dez. 1991, nº 4, p. 73-86. Versão eletrônica disponível em: <http://www.scielo.br>.

RUMMERT. Sonia Maria. A educação e as teses de inclusão social. Revista Espaço Acadêmico. Nº 58, mar. 2006.

_____. Movimento sindical e políticas públicas para a educação da classe trabalhadora no Brasil atual. In: CANÁRIO, Rui (org). *Educação Popular e Movimentos Sociais*. EDUCA: Unidade de I&D de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2007

SALOMON, Délcio Vieira, Como fazer uma monografia. 12ª. ed. –São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SANTOS. Jacineide Arão dos. Diário de uma estagiária: a escola que vi de perto. Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Enturmação já foi realizada em 76% das escolas de Salvador. Assessoria Geral de Comunicação Social. 15/09/2009. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/09/15/enturmacao-ja-foi-realizada-em-76-das-escolas-de-salvador>, acesso em 06/10/2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. – São Paulo: Cortez, 1993.

SPOSITO. Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. IN: Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional. Helena Wendel Abramo, Perseu Abramo, 2008. pp 87-128

TEIXEIRA. Anísio. A educação escolar no Brasil. IN: Educação e Sociedade. Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi (Orgs.). São Paulo: Editora Nacional, 7ed. 1976. pp. 388-413.

TORREÃO. Luisa. Muito longe da unanimidade. **Jornal A Tarde**. Caderno Salvador Região Metropolitana. p. A4. 4/9/2010.

TÚBERO. R. **Evasão de alunos negros no ensino médio – olhares de professores, gestores e estudantes**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Prof^ª Dr^ª Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva(Orientadora) 2008.

VERHINE, Robert E.**Bahia: por uma escola pública de qualidade**. Coordenação: Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia/ Centro de Estudos Interdisciplinares. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Planejamento. 2006.

WACQUANT, Loïc. Notas para esclarecer a noção de Habitus. (2007) Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>, acesso em 22/04/2010.

SITES VISITADOS

<http://www.atarde.com.br/>

<http://g1.globo.com/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.educacao.ba.gov.br/>